

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**HENRIQUE SHIGUEO UEJIMA**

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NA APA DE GUARAQUEÇABA-PR**

**CURITIBA**

**2009**

**HENRIQUE SHIGUEO UEJIMA**

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NA APA DE GUARAQUEÇABA-PR**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em Geografia, Linha de Pesquisa Transformações do Espaço Urbano e Regional, Departamento de Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho

**CURITIBA**

**2009**

**À tudo e à todos que de alguma  
maneira fizeram parte deste feito.  
Pela paz, pelo amor.  
Pelo que somos e por tudo que  
podemos ser.**

“O Homem vive da natureza, isto significa que a natureza é o seu corpo com o qual ele deve permanecer em processo constante, para não perecer. O fato de que a vida física e espiritual do homem se relaciona com a natureza não tem outro sentido senão o de que a natureza se relaciona consigo mesma, pois o homem é parte da natureza”.

Karl Marx

## RESUMO

A criação de Unidades de Conservação (UC) é a principal estratégia exercida pelos Estados, para a conservação e preservação da natureza, e possui diversas categorias. Uma grande maioria destas UC's possui moradores em seu interior e entorno, que embora possuem certa convergência perante a idéia de preservação, entram em conflito direto com os agentes ambientais no que diz respeito a maneira como a natureza deve ser preservada nestas áreas. Do ponto de vista do território, existem de um lado os agentes ambientais, governamentais e não-governamentais que em nome da proteção da natureza requerem o total domínio das relações de poder sobre as áreas protegidas, o que caracteriza uma territorialidade conservacionista e preservacionista. De outro lado existem as diversas populações das quais destacam-se as de cultura tradicional (transmitida através da oralidade) que foram proibidas de manter suas atividades, cujas características requerem uso e apropriação do espaço, ou seja, requerem uma territorialidade tradicional. Tal configuração multiterritorial gera conflitos e convergências, desterritorialização e reterritorialização, conservação e devastação do ambiente natural. Através da operacionalização de conceitos, e de dados de entrevistas com diversos agentes territoriais, neste estudo de caso apresenta o caráter paradoxal da ordem ambiental e da multiterritorialidade existente em Guaraqueçaba-Pr, pela caracterização de distintas territorialidades e evidência de alguns conflitos e convergências.

Palavras-chave: Território. Desterritorialização. Unidades de Conservação.

## **ABSTRACT**

The creation of Conservation Units (UC) is the main strategy of the governments for the conservation and preservation of nature, and has several categories. A large majority of these residents have UC in their interior and surroundings, but that have some convergence towards the idea of preservation, are in direct conflict with environmental agents with respect to how the character should be preserved in these areas. From the point of view of territory, in one side are the environmental actors, governmental and non-governmental organizations on behalf of nature's protection, which require the total power relations on the protected areas, which features territorial conservation and preservation. In addition there are several populations which stand out from the traditional culture (transmitted through oral) that were banned to keep their activities, characteristics which require use and occupation of space, or require a traditional territoriality. This multi configuration generates conflicts and convergences, and deterritorialization, reterritorialization, preservation and destruction of the natural environment. Through the operationalization of concepts and data from interviews with several local agents in this case of study presents the paradoxical character of the environment and the existing multi-territories in Guaraqueçaba-PR, the characterization of different territorialities and some evidences of conflicts and convergences.

**Keywords:** Territory. Deterritorialization. Conservation Units.

## SUMARIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2 SOBRE MATERIAIS E METODOS.....</b>	<b>3</b>
<b>3 SOBRE OS CONCEITOS DE TERRITORIO E TERRITORIALIDADE.....</b>	<b>5</b>
3.1 Território .....	5
3.2 Territorialidade .....	11
3.3 Rede e Território .....	13
3.4 Desterritorialização e Reterritorialização .....	14
<b>4 TERRITÓRIOS AMBIENTAIS:</b>	
<b>TERRITORIALIDADE AMBIENTALISTA ?.....</b>	<b>16</b>
4.1 A existência de um modelo de conservação e alguns questionamentos.....	16
4.2 A criação de Unidades de Conservação no Brasil .....	19
<b>5 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE EM GUARAQUEÇABA-PR.....</b>	<b>26</b>
5.1 As mudanças na economia .....	26
5.2 Território e Territorialidade Ambientalista .....	29
5.2.1 - <i>Territórios-rede e Territórios-zona</i> .....	32
5.2.2 - <i>A gestão da APA</i> .....	35
5.3 Território e Territorialidade Caiçara .....	36
5.4 Conflitos e Convergências .....	41
5.3.1 <i>Convergências</i> .....	43
5.3.2 <i>Conflitos</i> .....	45
<b>6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>53</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A recente emergência da criação de unidades de conservação no Brasil e no mundo, sobretudo nos últimos 10 anos, tem por um lado o exercício de uma das mais importantes estratégias estatais de conservação, e por outro a manutenção de uma visão economicista e tecnicista de natureza. O intentar-se em favor da manutenção e recuperação do pouco que ainda resta de meio natural preservada, esta estratégia dá continuidade à noção de natureza distinta do homem, natureza como alguma forma de recurso, seja para uso direto ou indireto.

No exercício desta estratégia, surge uma “territorialidade ambientalista”, que hierarquicamente define, cria e destrói territórios.

O presente trabalho tem por objetivo a caracterização dos distintos territórios e territorialidades existentes na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba-Pr, os quais configuram diversos conflitos e convergências em torno da conservação ambiental. Pretende-se na análise destes territórios e territorialidades, elucidar algumas conseqüências, resultados que influenciam não somente as territorialidades e os territórios analisados, mas principalmente próprio objetivo de conservação.

Neste estudo de caso da APA de Guaraqueçaba, procura-se adotar uma perspectiva relacional do território, sem é claro, deixar de considerar os atributos físicos que atraem e justificam os esforços de conservação: uma das ultimas frações de Mata Atlântica ainda conservadas do Brasil. A existência e manutenção de populações humanas no interior desta Unidade de Conservação (UC), e as relações destas com os agentes e com a própria UC que formam o foco desta perspectiva.

A fim de evitar uma leitura e interpretação romântica deste trabalho, é importante esclarecer desde esta introdução que não está nos objetivos uma busca por heróis ou criminosos, certos ou errados, mas a simples evidência das principais conseqüências que influenciam o objetivo principal da existência da APA.

A construção das idéias inicia-se com uma reflexão teórica sobre as principais vertentes dos conceitos de território e territorialidade, chegando até aos processos de territorialização e desterritorialização. Em seguida caracteriza-se de forma geral a formação de territórios ambientais para enfim no estudo de caso, a caracterização dos territórios e territorialidades dos órgãos ambientalistas e das comunidades tradicionais.

Posteriormente, a análise segue através das características das relações territoriais. Conflitos e convergências são evidenciados bem como as principais conseqüências destes sobre as territorialidades analisadas, e sobre o próprio objetivo Unidade de Conservação.

## **2 – SOBRE MATERIAIS E MÉTODOS**

O percurso realizado por toda a extensão da Área de Preservação Ambiental (APA) de Guaraqueçaba se deu por meio de automóvel particular, ônibus, canoa à motor e canoa à remo. Foram no total 37 viagens pelo entorno e interior da APA.

Como ferramenta teórica utiliza-se o conceito de território, incluindo seus fenômenos de territorialização e desterritorialização, assim como também as redes e seus fluxos, através da utilização de noções teóricas de cunho multidimensional e multiescalar. Busca-se um tratamento baseado em dimensões de análises que abarcam a temática econômica, política, física e cultural, em uma tentativa de não-sobreposição determinante de quaisquer destas temáticas.

Buscou-se, através de instrumentos como a câmera filmadora, o gravador de voz, e as anotações de campo, documentar os depoimentos e entrevistas. A análise da bibliografia e de documentos oficiais sobre os territórios também são materiais importantes para obter as informações necessárias. Segue uma breve descrição dos métodos destas coletas de informações.

Optou-se por uma análise qualitativa do objeto, portanto para este trabalho não se atenta para dados estatísticos, recorrendo-se a estes apenas em algumas situações específicas.

Por se tratarem de dois grupos de agentes basicamente os institucionais (ONG e órgãos públicos) e comunidades, necessita-se de diferentes estratégias de coleta e tratamento de informações. Porém algumas temáticas devem aparecer de maneira transversal, por se tratar de categorias de análise do território as quais se detalha no capítulo seguinte. Para a caracterização dos territórios, compreende-se necessário: informações sobre os aspectos econômicos, políticos, culturais e físicos; características destas temáticas através do levantamento histórico do agente, principais características de sua ocupação e de sua cultura; localização de seus territórios, suas principais estratégias territoriais; as relações entre os agentes, seus pontos de convergência e divergência.

As entrevistas semi-estruturadas visam obter especificamente dados sobre estas temáticas, porém sem desconsiderar informações que chegam de forma aleatória. Os entrevistados foram conscientizados sobre os objetivos da utilização dos materiais colhidos, antes do início da entrevista. Tais métodos de coletas tem sido observados em diversos trabalhos que constam nas referencias em anexo.

Pretendeu-se um constante diálogo entre as categorias de análise e a realidade pesquisada, com o cuidado de não impor ao entendimento sobre a realidade, uma teoria como verdade absoluta ou sequer uma verdade *a priori*.

### 3 SOBRE OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Para Deleuze e Guatarri (1992), o papel fundamental de filosofia é a sobretudo a criação de conceitos. Questionam-se até sobre a existência ou não de uma “filosofia cristã, ou uma “filosofia asiática”, que baseadas em fundamentalismos apriorísticos, que trazem seus conceitos definidos e impostos qual vontade divina, dogmas religiosos, tornando difícil a criação de conceitos. “Não há conceito simples. Todo conceito tem componentes, e se define por eles” (Deleuze e Guattari, 1992, p.27).

Trazer então, reflexão a respeito de uma realidade através do uso de conceitos requer minimamente uma explanação do debate acerca destes conceitos. O trabalho que segue não pretende criar conceito, mas operá-los de forma que no exercício de transcender do conceito à realidade e vice-versa, possamos caracterizar através da linguagem científica, uma realidade concreta.

#### 3.1 – TERRITÓRIO

O termo território vem do latim, *territorium*, que deriva de *terra*, e significa pedaço de terra apropriado (ALBAGLI, 2003), porém o conceito de território possui origens distintas, em várias áreas do conhecimento, longe de haver um consenso. Eli Alves Penha (2005) destaca as origens deste conceito a partir das Ciências Jurídicas (séculos XVII e XVIII) e das Ciências Naturais (séculos XVII e XIX). Para a primeira o território designa uma área de jurisdição de uma autoridade, enquanto que na segunda o concebiam como área de disseminação de espécies vegetais e animais.

Quando se fala sobre a atual emergência do conceito na Geografia, Santos (1994) e Becker (1988), tem em comum que a “crise do estado territorial soberano” e a “emergência de novos localismos” é a situação paradoxal que tem motivado a comunidade geográfica a revalorizar a temática territorial. O conceito de território transformado pelas novas configurações

territoriais do capitalismo globalizado, passa a ser concebido em todas as dimensões da sociedade (PENHA, 2005).

Atualmente, poderia ainda se considerar uma omissão grave, se falar sobre as reflexões em torno do coito de território, sem falar Raffestin (1993) ao considerar território como “espaço delimitado por e a partir de relações de poder”. Ao explicitar sua visão sobre o que é o poder, a qual saliente o Poder, com o “P” maiúsculo, representado pelo Estado e que obscurece o poder com o “p” minúsculo, presente nas relações sociais. E é quanto a esse segundo que o autor dedica maior atenção, pois salienta que este está em todo lugar, a partir de uma leitura foucaltiana.

Considera, por exemplo, a diferenciação entre poder, influência e autoridade. Nesta visão, a influência e a autoridade são formas de poder que resultam de combinações variadas de energia e informação. Critica, portanto a visão de R. Dahl, o qual defende a influência como designadora das relações humanas, defendendo que “a influência recorre mais à persuasão, enquanto o poder recorre à coerção” (p.54). Neste sentido Raffestin acredita que o poder se manifesta por ocasião da relação, na articulação entre energia e informação, o salientando o saber nestas relações.

Sugere o autor uma visão gráfica das três formas variadas de combinação entre informação e energia. Afirma a existência de poderes com forte componente energético ou, inversamente, poderes com forte componente informacional e uma mediana, combinando os dois fatores de maneira mais equilibrada. Recorre mais uma vez a M. Foucault e desta vez também a G. Deleuze para salientar a relação entre saber e poder. A energia pode ser transformar em informação, ou seja, em saber, sendo, portanto que “o poder é, nessas condições, um lugar de transmutação”. Raffestin retoma a divisão tripartida da geografia política: o território, como o *locus* das relações de poder, que sem a população torna-se apenas uma potencialidade e os recursos como o determinante da ação, condicionando o alcance da ação. Nos “jogos” de conquista e manutenção do poder, empresas, instituições políticas colocam seus trunfos em ação. Os trunfos podem integrar-se à energia e informação. O território seria então um trunfo particular, “recurso e entrave, continente e conteúdo, ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos”. (p. 59-60)

O autor parte para uma explicação teórica e graficamente ilustrativa do chamado campo do poder. A partir desta análise, seria possível ver e estabelecer probabilidades de relações desiguais de poder na conjunção de energia e informação. Esta é a tarefa desempenhada por Milton Santos (1996), no estudo do espaço, concebido como um conjunto indissociável de fluxos e fixos, em um momento historicamente construído através de um meio técnico-científico-informacional.

Ao longo da obra de Milton Santos, percebe-se uma luta pela inserção do espaço como objeto da Geografia, sobretudo de um ponto de vista histórico e materialista. Suas reflexões ao longo de sua obra a respeito do conceito de espaço, cheia de questionamentos, ataques e respostas, é sem dúvida uma trajetória notável para os que se aventuram neste estudo.

Tem-se por entendimento que enquanto que energia e informação postas em funcionamento são chamados de fluxos por Milton Santos (1996, 2000), para Deleuze e Guatarri (1997) são agenciamentos, que quando envolvem engrenagens, tal qual verdadeiras máquinas de guerra, são chamados por estes últimos de “agenciamentos maquínicos”.

O debate sobre o conceito de território é amplo e complexo e por não se tratar do objetivo deste trabalho realizar um histórico denso nem conceitual ao extremo, muito menos ainda sobre a origem e desenvolvimento do conceito, tenta-se apenas neste capítulo trazer ao âmbito do debate ao qual o conceito de território está inserido, no que tange ao tema proposto. Desta forma, também ainda considera-se fundamental ter como um “corredor” teórico de entendimento do que se adota para o que se apresenta nas caracterizações que se seguem nos capítulos posteriores.

O que se observa em parte importante da Geografia contemporânea, é ao falar sobre o conceito de território, em considerar as dimensões: Física (geociências), Econômica (organização espacial da produção), Cultural (ou simbólica) e Sociopolítica (relações de poder) (Albagli (2003); Souza (2003); Haesbaert (2004)). Rogério Haesbaert (2004), diferencia as abordagens Política, Cultural e Econômica. Segundo o autor, ao se considerar as diferentes correntes teórico-filosóficas adotadas pelos autores que se utilizam e definem o conceito de território, chega-se à classificação em concepções materialistas, subdivididas em naturalistas, de base econômica, e de tradição jurídico-política;

concepções idealistas; concepções integradoras; e por fim a concepção relacional.

Antes de mais nada, destaca-se Claude Raffestin (1993), ao mencionar que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

E também Milton Santos:

A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem pois uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais” (SANTOS, 1996, p.51)

Trata-se então de considerar o território não apenas em sua perspectiva relacional, “sociologizando” demais o conceito em detrimento de uma “geografização” do conceito, porém considerando também os aspectos espaciais, materiais e abióticos, bem como defende a perspectiva “integradora” do território (HAESBAERT, 2004).

Os atributos geofísicos, bióticos e abióticos, que compõem o espaço, já que anterior ao território, possuem especificidades que variam consideravelmente em torno do planeta. Tais particularidades, sobretudo seus elementos naturais utilizados como recursos são sem dúvidas atrativos consideráveis para o requerimento de uma ocupação humana.

Mesmo que se possa concordar com a antropologia de Marshall Sahlins<sup>1</sup>, na defesa de que as sociedades nômades, caçadoras e coletoras como a primeira sociedade da afluência, estes são apenas alguns indícios de que não existe uma “natureza” humana que justifique e/ou determine sua sedentarização e agricultura intensiva como a melhor estratégia de sobrevivência da humanidade. O que ocorrera historicamente é uma forte

---

<sup>1</sup> SAHLINS, Marshall. **A Primeira Sociedade de Afluência**. In CARVALHO, Edgar Assis (org.) *Antropologia Econômica*. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978.

contribuição deste modelo de agricultura, que possui dentre vários determinantes, os atributos físicos do território a ser ocupado. Não se trata portanto de retomar um determinismo geográfico, partindo de pressupostos de determinações físicas, mas deixar de considerar mesmo sua importância.

A dimensão cultural está presente desde os elementos materiais, como as ferramentas, aos imateriais, como o modo de utilizar tais ferramentas, até os aspectos simbólicos, a cultura está presente em diversas formas no território. Na definição da paisagem construída, produzindo formas e fluxos transformadores do espaço, esta dimensão é sem dúvida importante quando se tem por objeto a caracterização de um território e suas territorialidades. O caráter multidimensional torna-se ainda mais enfatizado, quando ainda que considera-se os mitos, as simbologias e crenças que transformam a visão de mundo e o modo de agir sobre um território.

Quanto à dimensão econômica, Milton Santos, ao defender uma “economia política do território”, inicia considerando o território como espaço usado, objeto de divisões do trabalho superpostas, e parece não hesitar em afirmar que “...estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas” (SANTOS&SILVEIRA, 2001 p. 291). Entende-se que tal comando sobre a vida social e econômica se realiza tanto em escala global quanto local, uma vez que tais determinações de ordem global se realizam na escala local. Mais adiante neste trabalho é possível perceber tais influências multiescalares que se manifestam em Guaraqueçaba.

Porém a dimensão econômica vai além da economia política e das relações sociais de produção. Procura-se entender neste trabalho, que a gestão direta e indireta de recursos naturais e também de diversos usos e manifestações que ocorrem no território que não tomam a natureza natural apenas como recurso, mas também como uma característica marcante que possibilitam diversas relações sociais, inclusive de produção e consumo diferenciadas. Não se trata de refutar a proposição de Milton Santos, mas sim considerar que tais influências possuem sua significância, porém não é possível concordar que tais determinações econômicas são efetivamente as únicas ou as mais importantes.

A economia, neste sentido é vista como algo a ser considerado em sua dimensão no território como parte integrante das relações de poder espacializadas, e procura-se evitar uma sobreposição de importância sobre demais fatores.

É considerado neste trabalho, de forma mais sucinta, o território como o espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 2003). A ênfase aos aspectos das relações de poder é o que se considera a partir da dimensão política do território.

A chamada Ecologia Política possui como tema central, os conflitos socioambientais. O entendimento que se tem sobre conflitos socioambientais na Ecologia Política se difere da Antropologia, que se considera mais completa, por incorporar também os aspectos cosmológicos do modo de agir de um indivíduo ou grupo sobre um determinado território (LITTLE, 2006). Porém, toma-se para este trabalho que de um ponto de vista geográfico, a consideração do aspecto político a partir das relações de poder espacializadas, onde tanto os conflitos quanto as convergências tornam-se apenas exemplos da cristalização destas relações de poder no espaço.

Ao tomarmos como concepções para este trabalho, a noção de território de Raffestin (1997), do espaço como algo anterior ao território, este mediado e formado por e a partir de relações de poder, juntamente com os entendimentos de Milton Santos (1996), onde o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, e o território é concebido como *espaço usado*, somos obrigados a concordar com Haesbaert (2004), ao buscar-se uma noção de território a partir de uma perspectiva integradora, torna-se imprescindível a noção de espaço como um híbrido, onde “...o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (Op. Cit. p. 79).

Para Rogério Haesbaert (2002) existem atualmente novas maneiras de se regionalizar o mundo contemporâneo. O autor destaca as novas três categorias como “território-zona”, mais tradicional e de controle rígido, delimitadamente constituído; os “territórios-rede” de maneira mais fluida e multiescalar composta pelas redes de atuação no território; e uma mais

complexa constituída pelos aglomerados humanos de exclusão. Para nosso trabalho, destaca-se que “Embora territórios-zona e territórios-rede geralmente se sobreponham, sua representação espacial é mais nítida do que a dos aglomerados de exclusão.” (HAESBAERT, 2002 p. 40).

De acordo com Eli Alves Penha (2005) existe um paradoxo entre a crise do estado territorial soberano diante da intensificação de fluxos internacionais econômicos e culturais e a emergência de novos nacionalismos e novos localismos. O autor ainda ressalta que tal paradoxo se encontra no seio da recente revalorização da temática territorial. Nesta “polarização” existiria uma contraposição entre “agentes territorializantes” e “estruturas territoriais”, de maneira dialética, na “combinação de um mosaico de escalas e significados difícil de detectar e apreender” (PENHA, 2005, p. 8). Acredita-se, e busca-se demonstrar em capítulo adiante, não existir apenas uma lógica contrária entre estas categorias, mas também em alguns casos, agentes territorializantes se agrupam com estruturas territoriais na forma de fortalecer suas relações em suas formas de atuação.

Em unidades de conservação, por exemplo, tais agentes de conservação ambiental, onde se destacam as organizações não governamentais, se aliam às estruturas territoriais impostas por outros agentes territorializantes detentores do poder do estado, como por exemplo, o IBAMA e as secretarias estaduais de meio ambiente, e as diversas ONG que atuam em Guaraqueçaba-Pr (Fundação O Boticário, SPVS – Sociedade de Pesquisa da Vida Selvagem e Educação Ambiental, etc.).

### 3.2 TERRITORIALIDADE

Já o conceito de territorialidade é concebido como “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e assegurando controle sobre uma área geográfica” (SACK, 1986 apud PENHA, 2003). Temos então o território como *lócus* de uma territorialidade, de forma que o conceito de território ilustra as relações de

poder espacializadas, e a territorialidade “como”, ou seja, a maneira pela qual isto acontece.

Tal qual as origens do conceito de território, a partir das ciências naturais a territorialidade foi usualmente entendida como a conduta de um organismo vivo, visando tomar posse do seu território e defendê-lo. A semelhança também com o aspecto jurídico vinculado à base territorial dos Estados, referindo-se à territorialidade das leis e normas (ALBAGLI, 2003).

Atualmente na geografia parece existir uma tendência a se seguir o mesmo recorte de dimensões para a análise do território, a partir da economia, política e cultura.

Para Haesbaert (2007), a multiterritorialidade (ou o processo de multiterritorialização) é muito mais do que uma simples experimentação de vários territórios ao mesmo tempo, mas também ocorre que, nos processos de acesso aos diferentes territórios são criados novos hibridismos culturais e identitários. Entende-se que neste ponto em específico Haesbaert encontra-se mais em concordância com a noção de rizomas, a partir de Deleuze&Guatarri (1992) do que a de hierarquias da ordem econômica dos processos de ordenamento espacial a partir de Milton Santos (SANTOS&SILVEIRA,2001).

Se seguíssemos a linha de raciocínio dos que defendem o fim dos territórios tenderia-se a pensar que o processo de globalização, e seu poder homogeneizante, produziria apenas uma cultura híbrida ao custo da perda das tradições regionais, dos costumes locais. Porém, entender a globalização hibridismo cultural a partir da dinâmica da desterritorialização nos permite perceber uma valorização da cultura tradicional, como numa espécie de “volta às origens”, transforma culturas locais na ordem do dia, muitas vezes até, no caso de comunidades mais pobres, fazendo desta uma mercadoria vendida a turistas estrangeiros (HAESBAERT, 2007; KNAFOU, 1996).

Há que se considerar que o processo de desterritorialização acaba por inferir mudanças nas territorialidades, sobretudo na forma sobre a qual o processo de instaura. Tais mudanças atingem de maneira significativa a mobilidade, a cultura e de maneira mais ampla, as relações sociais de maneira que surge a partir deste processo, uma nova territorialidade. Mais adiante no estudo de caso é possível perceber tais mudanças, sobretudo nas estratégias de reterritorialização.

Do ponto de vista social, a territorialidade é também portanto, condicionada por normas sociais e valores culturais, que variam de sociedade para sociedade ao longo da história. Como já defendia Raffestin (1993) “Os homens ‘vivem’ ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existentes e/ou produtivistas” entendendo que a territorialidade reflete o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica.

Neste sentido, ainda corrobora-se com Souza (2003) que ao ilustrar diferentes territorialidades em um mesmo território no Rio de Janeiro, evidencia-se a existência no território, de forças muitas vezes conflitantes entre os “de dentro” e os “de fora”. O autor ainda afirma que quase sempre existe uma superposição de diversos territórios, geradora muitas vezes de vários conflitos por conta das contradições existentes entre os mesmos. Esta constatação será muito importante para analisarmos o fenômeno a partir do estudo de caso proposto.

### 3.3 REDE E TERRITÓRIO

Marcelo Lopes de Souza (2003) denomina território descontínuo a composição em rede do território representado graficamente por um conjunto de nós conectados entre si por segmentos – arcos - que se interligam por fluxos de bens, pessoas ou informações, com destaque também aos componentes de infra-estrutura presentes no espaço, como por exemplo, as estradas e caminhos que viabilizam materialmente ou fisicamente o deslocamento dos fluxos.

Seguindo a mesma intenção de se criar uma imagem na mente do leitor, o entendimento que se tem também a partir de Castells (2000) por rede, um conjunto de segmentos conectados por pontos, ou nós. Tais segmentos, é que proporcionam o intercambio de fluxos de bens, pessoas, idéias ou informações.

Afirma Manuel Castells, que nas hierarquias existentes nos processos de organização espacial, as “elites gerenciais” dominantes e não “classes”, que exercem as funções de direção em torno das quais o espaço é articulado. Estas elites empresariais, tecnocráticas e financeiras têm também exigências

espaciais específicas, que são suporte material/espacial de seus interesses e práticas. Segundo esta visão, esta elite possui uma tendência à uma distinção cultural na “sociedade informacional” que cria um estilo de vida e formas de projetar espaços para unificar o ambiente simbólico de tal elite em um trono do mundo, “acabando com a especificidade histórica de cada local (CASTELLS, op. Cit. p. 441). Desta forma, a articulação das elites e a segmentação e desorganização das massas seriam os mesmos mecanismos, onde o espaço desempenha um papel fundamental. O espaço de riqueza e poder é global, projetado pelo mundo, enquanto a vida e a experiência das pessoas ficam enraizadas em lugares, em sua cultura, em sua história. Há então para Castells a oposição entre espaço dos fluxos e espaços de lugares (Op. Cit. p.440).

Se trouxermos este entendimento das redes como condicionantes de viabilidade dos fluxos, juntamente com a noção de território de Milton Santos, temos que o meio técnico-científico-informacional age sobre o território, a partir da organização em redes.

### 3.4 DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO

Considerados aspectos importantes para este debate a desterritorialização e reterritorialização, entendidos como processos imanentes ao território, estes são adotados neste trabalho como ferramenta de análise dos conflitos e convergências existentes em Guaraqueçaba-Pr.

Através do conceito de desterritorialização pode-se compreender que “o território pode se desterritorializar, isto é, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir”, enquanto que a reterritorialização “consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante” (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p. 288).

De um modo geral e bem simplificado, podemos dizer que de acordo com Deleuze e Guattari (1997), a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, e a reterritorialização é o movimento de construção do território. Segundo estes autores, tais processos são concomitantes e indissociáveis, de forma que não existe reterritorialização sem

desterritorialização e vice-versa. Neste sentido destaca Rogério Haesbaert (2004) que uma população ou indivíduo não pode viver sem território.

Para Haesbaert, existe um mito em torno do debate da desterritorialização enquanto um aspecto do fenômeno da globalização, ou melhor, do capitalismo globalizante. A tendência de criação de padrões homogeneizantes, fora visto por autores tanto da filosofia, como da geografia, como um caminho que levaria ao “fim dos territórios”, pois com a padronização haveria apenas um só território, uma só territorialidade. Haesbaert (2006) afirma que mesmo que haja uma imposição da geopolítica global, surgem “micropolíticas”, de maneira inclusive anárquica, como um “embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada” (Ibid, p.15).

Deleuze & Guatarri (1997 vol.5 p.224) caracterizam a função de desterritorialização, chamada de “D”, como um movimento pelo qual se abandona o território. Os autores ainda qualificam “D” como positiva e negativa. Na primeira a desterritorialização pode ser recoberta por uma reterritorialização onde a linha de fuga permanece bloqueada. Na segunda, a desterritorialização se afirma através da reterritorialização e desempenha um papel secundário. A reterritorialização é justamente quem desempenha o papel primário, ou seja, “justifica” a desterritorialização.

Cabe destacar ainda, no mesmo sentido, a afirmação de que muitas interpretações acerca deste fenômeno aparecem desvinculadas de sua contraparte indissociável, a dimensão social e histórica. Além disso, numa análise classista através da mobilidade, a desterritorialização muitas vezes confunde-se com mera mobilidade física. Merece destaque, a chamada desterritorialização “in situ”, ou seja, a que ocorre através da imobilidade, onde muitos podem estar desterritorializados sem deslocamento físico (HAESBAERT, 2004 p. 251).

## 4 TERRITÓRIOS AMBIENTAIS: TERRITORIALIDADE AMBIENTALISTA ?

A criação de unidades de conservação tem sido apontada como uma das principais estratégias de proteção da natureza no Brasil e no Mundo (DIEGUES, 1998; GODOY, 2000; VALLEJO, 2002;) sobretudo a partir da iniciativa dos Estados Nacionais. A emergência de áreas isoladas do convívio de populações humanas tem sido constante desde a segunda metade do século XX. Estes territórios de conservação fazem parte de um processo de incorporação da temática ambientalista das agendas econômica e política internacionais. A criação destes territórios, apropriados por uma temática imposta por interesses “globais” pressupõe o surgimento de novas territorialidades, fruto de concomitantes processos de des-reterritorialização.<sup>2</sup>

No caso de Guaraqueçaba-Pr, veremos no capítulo seguinte como que ao longo processo de criação e consolidação da APA e das demais UC em seu interior, fora necessitando e adquirindo fluxos e territórios articulados em e que como se rede para sua criação e manutenção.

Apresenta-se neste capítulo argumentos que sugerem a existência de territórios ambientais, imbuídos de uma nova territorialidade, focada na conservação da natureza natural, e que surge a partir da emergência da questão ambiental pelo mundo e das deliberações das principais instituições internacionais.

### 4.1 A EXISTÊNCIA DE UM MODELO DE CONSERVAÇÃO E ALGUNS QUESTIONAMENTOS

Mesmo que a delimitação de áreas com vistas à conservação de seus atributos naturais tenha raízes nas primeiras sociedades humanas<sup>3</sup>, o que ainda ocorre nos dias atuais atualmente é a predominância da razão cartesiana

---

<sup>2</sup> Como demonstrado no capítulo 3, a existência do território pressupõe a existência de no mínimo uma territorialidade.

<sup>3</sup> Muitas comunidades tradicionais mantiveram, para fins de uso futuro e incerto, áreas com abundantes recursos naturais. Até mesmo entre os Carijós, do Xingu, manem áreas tampão (VALLEJO, 2002)

no conceito de natureza. Tal concepção culmina em um modelo de unidades de conservação para o mundo e para o Brasil, que considera o homem exterior à natureza, impossibilitado de conviver em harmonia com o ambiente. (DIEGUES, 1998; GODOY, 2000).

Este modelo de unidades de conservação adotado no Brasil, e de modo geral nos países em desenvolvimento, onde existem áreas conservadas em maior abundância, remete-se objetivamente a um modelo norte-americano. Nos Estados Unidos a criação do Parque Nacional de Yosemite, o primeiro território de conservação norte-americano, ocorreu no auge do período denominado Renascença Americana<sup>4</sup> e pretendia conservar e enaltecer as belezas naturais como sublimes criações divinas. Porém considera-se que é a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, já no declínio desta renascença e na ascensão de uma sociedade fundada em um pragmatismo científico e filosófico moderno, que deu origem a um “modelo” de território de conservação do ambiente natural intocado, implantado no Brasil (DIEGUES, 1998; GODOY, 2000).

Para Ana Godoy (Op. Cit, p. 134) as unidades de conservação apresentam-se como o modo de operar da Ecologia sobre territórios que estabelece a partir do próprio território científico na qual se encontra a ecologia. É responsabilidade desta área do conhecimento – a ecologia - na visão desta autora, tanto a definição do conceitos científicos (biodiversidade, por exemplo) como a maneira pela qual deve-se operar sobre o território destinado à conservação, considerando para determinado recorte físico, geográfico, “não só a preservação das espécies, mas também toda uma rede de relações, na qual é essencial a delimitação entre o propriamente humano em oposição ao propriamente natural” (GODOY, 2000, p 134).

Os recortes de remanescentes de uma natureza intocada, tornam-se exemplares, fragmentos de um ambiente cada vez mais raro no planeta, onde cada área apresenta parcialmente a natureza, e a articulação destas estas áreas formam um sistema de unidades que representaria a totalidade da

---

<sup>4</sup> Ana Godoy define este período como correspondente ao “Romantismo norte-americano, cujos fundamentos foram dados pelo transcendentalismo emersoniano, manifestando-se na literatura, na pintura, na fotografia, na filosofia e nas ciências”. Entendia-se por Natureza como um “texto sagrado que se oferecia á interpretação” (GODOY, 2000. p. 136)

natureza. O problema, para Godoy (2000) não é exatamente o tipo do modelo, mas a crença em si mesmo, da existência de um modelo de natureza.

Longe de se por fim ao debate da existência ou não de um modelo padronizado de natureza que se reflete na criação de unidades de conservação no Brasil, compreende-se a partir do exposto, que é importante considerar as inter-relações entre os fatores políticos e científicos sobre uma prática territorial em torno da temática da conservação ambiental e sua imposição sobre populações que não vivem totalmente inseridas neste cotidiano político e científico.

Tais interações possuem poder de inferência de territórios de tal modo que os destinam à conservação de ambientes naturais – e desta forma o condenam ao isolamento perante o humano - através de uma espécie de des-territorialização de conceitos. De um modo geral, este modelo considera o homem distinto da natureza, e que a influência humana no ambiente natural é sempre degradante. Toma-se a ciência contemporânea como criadora de um modelo de natureza, padronizado e imposto como verdadeiro para todos os países, todos os territórios.

Porém observa-se na literatura recente um questionamento cada vez maior no sentido de se encontrar uma via de conservação do ambiente natural que considere o homem como parte da natureza, através do reconhecimento e valorização de culturas e territorialidades diferenciadas em que a natureza jamais fora considerada inesgotável.

Do ponto de vista dos agentes da conservação ambiental, sobretudo a partir da década de 1990 e posteriormente com a criação do já citado SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – a ocupação humana destas áreas passa a ser melhor aceita e regulamentada. A inclusão do “saber local” e a participação da população local nas decisões sobre suas práticas territoriais foi sendo lentamente incorporada na gestão das unidades de conservação. A proposta deste enfoque é a chamada “etnoconservação”, e conta com uma grande adesão por parte da antropologia, geografia e ecologia. (TEIXEIRA, 2004 p. 86)

Veremos ao final do item a seguir que esta visão tem ganhado força na prática, ou seja, tem-se cada vez mais considerado no Brasil coletividades humanas que diferem ou até mesmo divergem dos padrões hegemônicos de

produção e organização do espaço (urbano e rural) das populações urbanas e rurais contemporâneas, e que possuem uma territorialidade que encontra um equilíbrio ecológico no ambiente conservado.

#### 4.2 A CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

A literatura que trata sobre a gênese das unidades de conservação no Brasil considera o Parque Nacional de Itatiaia, no rio de Janeiro, criado em 1937, como a primeira área protegida do Brasil, por ter sido criada objetivamente e prioritariamente para a conservação da natureza (DIEGUES, 1998; FERREIRA, 2004; MEDEIROS, 2006). Porém os primeiros indícios de uma visão voltada para a criação de áreas de conservação em terras brasileiras remontam ao período colonial e tinham como objetivo já a garantia do controle sobre o manejo de determinados recursos, como a madeira ou a água, qual já se praticava em algumas partes da Europa. O reflorestamento das antigas áreas de cafezais que hoje formam a floresta da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro, iniciou-se por ordem direta de D. Pedro II, e apresentava um importante detalhe, reconhecido atualmente pelos ecologistas: a utilização de apenas espécies nativas. (MEDEIROS, 2006).

Rodrigo Medeiros (Op. Cit. 2006) argumenta que a evolução dos instrumentos políticos e tipologias de áreas protegidas no Brasil, desde 1934, até a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – em 2000, passa por diversas fases, motivadas por diferentes fatores internos e externos. Durante o período entre 1934 e 1964, dentre os fatores que convergiram para a criação de um ambiente político e institucional favorável, estão a influência e pressão de movimentos organizados voltados à proteção da natureza que começavam a se aparelhar aliados às necessidades de uma reorganização da exploração florestal no Brasil<sup>5</sup>.

Durante este período foram estabelecidos importantes referenciais para a construção de uma política ambiental brasileira, como a utilização do Parque

---

<sup>5</sup> Trata-se de um primeiro indício das interações entre governo e sociedade, que transformam a conservação ambiental em uma realidade, nas unidades de conservação.

de Yellowstone como um modelo a ser adotado. Tais argumentações parecem sugerir que desde início a política ambiental brasileira, no que se refere especificamente à estratégia de criação de unidades de conservação, fora resultado tanto de alterações na estrutura governamental do país (com a revolução de 30 e o golpe militar de 1964) quanto da organização e pressão de fora do Estado.

A questão da proteção da natureza passa então, a partir deste período, a fazer parte das responsabilidades da União e dos Estados, configurando-se como um dos objetivos da política desenvolvimentista. (MEDEIROS, 2006, p. 50) Porém somente após várias décadas é que a estrutura estatal, sobretudo de órgãos governamentais com fins ambientalistas é que a política de conservação da natureza torna-se efetivamente uma realidade<sup>6</sup>.

A partir do ano 2000, a conservação da natureza através da criação de unidades de conservação, passa a contar uma estrutura cada vez mais voltada para este fim, e delega responsabilidades da manutenção destas unidades para as diversas esferas de governo, Federal, Estadual e Municipal, bem como as organizações da sociedade civil.

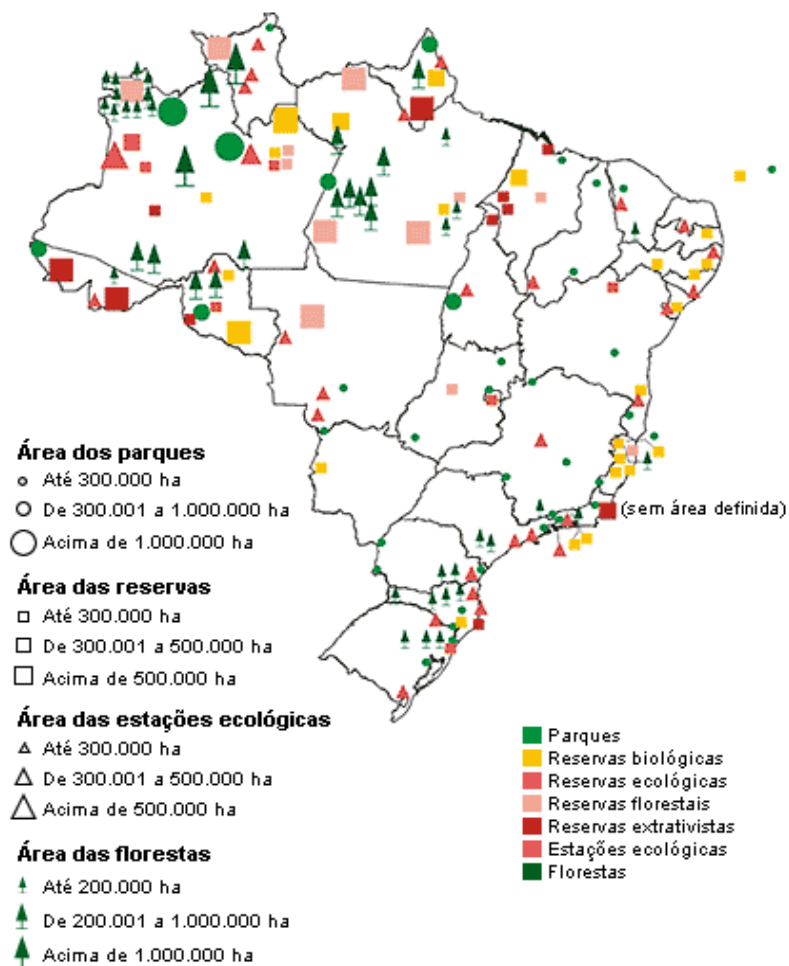
A criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no ano 2000, tem como objetivo sistematizar as categorias de unidades já então existentes e criar novas regras de criação e gestão, não somente daquelas de iniciativa do estado, mas também as reservas particulares. O sistema classifica as unidades em diversas categorias, que formam basicamente dois grandes grupos: unidades de uso sustentável e unidades de proteção integral. Dentre as primeiras, destacam-se as Reservas Extrativistas (RESEX), cujas possibilidades de uso direto dos recursos naturais é maior, e as Áreas de Proteção Ambiental (APA). Dentre as unidades de proteção integral se encontram as mais restritas, que não permitem quaisquer tipos de exploração direta ou indireta dos recursos naturais, e que proíbem absolutamente a existência de moradores no interior destas áreas. Destacam-se os Parques Nacionais (PARNA), as Estações Ecológicas (ESEC) e as Reservas Particulares de Proteção da Natureza (RPPN).

---

<sup>6</sup> Mas a simples criação no papel destas unidades e tampouco a fiscalização estatal não garantiram por si só seu sucesso. A crescente organização e realização de diversos congressos sobre unidades de conservação estimularam a formação de diversas redes “pró-territórios de conservação” (VALEJO, 2005).

Cabe destacar que tais unidades de conservação de responsabilidade das distintas esferas de governo foram, e estão sendo criadas em sua maioria em áreas não devastadas, mas que contam com populações em seu interior, como no caso de Guaraqueçaba-Pr. Atualmente, das unidades de conservação Federais as maiores foram criadas na região norte do país, onde se encontram áreas de Floresta Amazônica de baixa densidade populacional, enquanto que na região sul, onde predominam as maiores densidades demográficas, as áreas destinadas à conservação do ambiente natural são bem menores.

A figura 01 ilustra a distribuição no Brasil, das unidades de conservação federais de acordo com seu tamanho e tipologia.



**Figura 01 - Distribuição espacial das Unidades de Conservação Federais**

Fonte: IBGE, Instituto de Geociências, 2004

É notório o crescimento da criação de unidades de conservação no Brasil. Em um relatório oficial do Ministério do Meio Ambiente, registra somente no período entre 2003 e 2006 um aumento de 19.748.937 hectares em 52 novas unidades de conservação federais, num total de 288, que ocupava uma área total de 69.602.451 hectares<sup>7</sup>, como mostra a tabela 1.

**Tabela 1 - Unidades de Conservação Federais, 2003-2006**

**Unidades de conservação federais**

<b>Proteção Integral</b>	<b>Número</b>	<b>Área (ha)</b>
Estação Ecológica	32	7.186.420
Monumento Natural	0	0
Parque Nacional	62	21.943.358
Refúgio de Vida Silvestre	3	144.645
Reserva Biológica	29	3.858.827
<b>Total Parcial</b>	<b>126</b>	<b>33.133.250</b>

<b>Uso Sustentável</b>	<b>Número</b>	<b>Área (ha)</b>
Floresta Nacional	63	16.840.208
Reserva Extrativista	51	10.227.629
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	64.441
Reserva de Fauna	0	0
Área de Proteção Ambiental	30	9.293.722
Área de Relevante Interesse Ecológico	17	43.202
<b>Total Parcial</b>	<b>162</b>	<b>36.469.202</b>
<b>Total Geral</b>	<b>288</b>	<b>69.602.451</b>

**UCs criadas entre 2003 e 2006**

<b>Proteção Integral</b>	<b>Número</b>	<b>Área (ha)</b>
Estação Ecológica	3	3.381.607
Monumento Natural	0	0
Parque Nacional	9	4.629.770
Refúgio de Vida Silvestre	1	16.594
Reserva Biológica	4	416.711
<b>Total Parcial</b>	<b>17</b>	<b>8.444.681</b>

<b>Uso Sustentável</b>	<b>Número</b>	<b>Área (ha)</b>
Floresta Nacional	12	4.128.652
Reserva Extrativista	21	5.050.004
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	64.441
Reserva de Fauna	0	0
Área de Proteção Ambiental	1	2.061.158
Área de Relevante Interesse Ecológico	0	0
<b>Total Parcial</b>	<b>35</b>	<b>11.304.255</b>
<b>Total Geral</b>	<b>52</b>	<b>19.748.937</b>

**UCs recategorizadas e ampliadas entre 2003 e 2006**

<b>Proteção Integral</b>	<b>Número</b>	<b>Área (ha)</b>
Estação Ecológica	1	1.170
Monumento Natural	0	0
Parque Nacional	4	327.421
Refúgio de Vida Silvestre	1	140
Reserva Biológica	1	60.000
<b>Total Parcial</b>	<b>7</b>	<b>388.731</b>

<b>Uso Sustentável</b>	<b>Número</b>	<b>Área (ha)</b>
	0	0
<b>Total Geral</b>	<b>7</b>	<b>388.731</b>

(Dados de novembro de 2006)

*Obs.: a soma do número de UCs, por bioma, é maior que o total do número de UCs criadas em todo o território brasileiro porque algumas unidades protegem mais de um bioma.*

<sup>7</sup> BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Relatório de Gestão: 2003-2006. Brasília, 2007

Nota-se a partir da tabela 1, que ambos os grupos de Preservação Permanente e Uso sustentável ocupavam, até o mês de novembro de 2006, totais de áreas quase equivalentes, e que ambas as possuíam em comum uma categoria, não contemplada com a criação de nenhuma unidade, nem ao menos no papel: o Monumento Natural, no caso do grupo de unidades de proteção integral e a Reserva de Fauna, no caso do grupo de unidades de uso sustentável.

No último quadro da tabela 1 também é possível notar que apenas as unidades de proteção integral foram ampliadas, em detrimento das unidades de uso sustentável, o que sugere que, ao menos neste período de 2003 a 2006 predominou-se o modelo de natureza intocada.

Embora seja o líder em aumento de áreas e unidades de conservação do país, o governo federal não tem sido a única esfera do poder público a se utilizar desta estratégia. A emergência de reservas particulares teve também um notável crescimento nos últimos anos, seja por iniciativa de pessoas físicas, seja de pessoas jurídicas, como as organizações não governamentais.

Para Sergio Margulis (1996) o processo de incorporação da questão ambiental no Brasil se deu basicamente através de dois mecanismos: Comando e Controle e Instrumentos de Mercado. Os mecanismos de comando e controle são aqueles que se fazem através da legislação ambiental, criada pelo poder Legislativo e que tem o objetivo regulamentar as novas exigências que a questão ambiental traz para a sociedade. Coube portanto ao Estado, em primeira instância, criar os mecanismos legais e seus parâmetros, e construir uma política ambiental para o país como um todo. Mas para que em um país capitalista de livre mercado, para que estas novas exigências pudessem ganhar realidade, o Estado criou instrumentos de mercado que possibilitou às empresas a incorporação às novas regras, de forma a manter e até aumentarem seus ganhos efetivos.

O que a teoria econômica chama de internalização das externalidades de transformou, via mercado na transferência, via preços e novas regras, do custo desta transição aos consumidores. Este fenômeno de “ecologização do mercado” está também aliado à idéia de que os avanços tecnológicos que degradaram o ambiente natural podem ser capazes de reverter estes prejuízos, desde que dado este como seu objetivo. As propostas de técnicas científicas e

jurídicas para a produção e consumo de produtos “ambientalmente corretos” deveriam, nesta visão serem valorados pelo mercado e legitimados pelos políticos partidários do desenvolvimento sustentável.

Tais instrumentos de mercado, como a exemplo do ICMS ecológico adotado pelo Governo do Estado do Paraná, atraiu a atenção dos proprietários de áreas aptas à conservação, através da criação de RPPN's (Reserva Particular do Patrimônio Natural). Atraídos por incentivos fiscais, é cada vez maior o número de proprietários rurais que transformam suas áreas não desmatadas em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). As ONG também encontram nas RPPNs uma alternativa, por meio da iniciativa privada, de recuperar áreas degradadas e também conservar áreas ainda não destruídas. Em Guaraqueçaba, como veremos mais adiante, esta é uma estratégia que une o poder público às ONG e diversas fontes de financiamento, sobretudo de capital estrangeiro.

Como já visto no primeiro item deste capítulo, a criação de áreas públicas destinadas à conservação do ambiente natural no Brasil é um processo político que se deu por muita pressão do movimento ambientalista. Este movimento, liderado sobretudo por ONG teve portanto um papel fundamental, não somente na criação de regras, mas também em sua implementação. Muitas vezes o governo criou unidades de conservação sem recursos para implementá-las efetivamente, de tal maneira que para que se tornassem realidade, a atuação destas organizações se fez fundamental<sup>8</sup>.

Contudo, tais organizações sobrevivem financeiramente de trabalhos licitados por órgãos governamentais, como veremos mais adiante na criação dos primeiros Planos de Ação em Guaraqueçaba, e também do financiamento direto de redes pró-unidades de conservação.

No que diz respeito as motivações que levaram a emergência dos temas ambientais na agenda das grandes nações não se pode deixar de mencionar os mecanismos de mercado. Não fosse a transformação da pauta ambiental em uma mercadoria altamente lucrativa, dificilmente essa problemática teria a importância que tem atualmente. Porém o fato de se tornar lucrativamente viável a proteção ambiental não foi algo de iniciativa do capital,

---

<sup>8</sup> Discutem com mais profundidade esta questão Medeiros, 2006 e Vallejo, 2005, presentes na bibliografia deste trabalho.

mas como vimos anteriormente, partiu de pressões de organizações ambientalistas, que juntamente com mudanças no cenário político permitiram uma apropriação e resignificação pelo mercado.

Esta estratégia, de criação de unidades de conservação, ou seja, da criação de territórios de conservação a partir de iniciativas de organizações ambientalistas e da incorporação do ambientalismo pelo Estado, parece então configurar uma territorialidade ambientalista, ou seja, uma maneira de se requerer e dominar territórios com base em uma visão que parte ecologia conservacionista.

A territorialidade ambientalista se inicia por agentes territoriais estatais mas que dependem sobretudo da ação de organizações não estatais de pesquisa e conservação do ambiente natural. Cabe frisar neste ponto específico que a aliança entre as estruturas territoriais do Estado, que se manifestam principalmente pela figura jurídica de criação de unidades de conservação, se aliaram a agentes territorializantes que por sua vez deram o respaldo técnico e científico demasiado importantes que, sem eles a cristalização dos territórios de conservação talvez não teria se tornado realidade.

## 5 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE EM GUARAQUEÇABA-PR

Este capítulo tem por objetivo apresentar algumas características do território e territorialidades através de alguns fatores centrais que contribuíram para a atual configuração territorial, suficientes para o entendimento da dinâmica a qual se propõe. Longe de se buscar uma totalidade territorial, vista as muitas e distintas territorialidades atuantes em Guaraqueçaba, destaca-se a atuação conjunta dos órgãos governamentais e não governamentais, e a ação das comunidades tradicionais. Teremos como fundo teórico a identificação do que se entende por “território-zona” e “território-rede” em suas diversas territorialidades, compondo um multiterritório sobreposto, repleto de conflitos e de convergências.

### 5.1 AS MUDANÇAS NA ECONOMIA

Desde o início da ocupação territorial em Guaraqueçaba, algumas mudanças na economia do município foram significativamente marcantes para o entendimento do que se propõe este trabalho.

Vários foram os períodos de grande prosperidade, com uma economia de base agrícola e extrativa que durou até final do século XVIII em São Paulo e até o século XIX no Paraná. Já no século XX, mais precisamente em 1935, é construído o novo porto de Paranaguá, que com a ampliação de capacidade adquiriu maior importância no país. Para construção do porto utilizou-se mão de obra vinda de Guaraqueçaba em atividades como a extração de madeira, transporte dos equipamentos, auxiliar de construção e demais serviços que não exigem muito estudo. Com isso, houve um deslocamento de mão de obra das comunidades rurais de Guaraqueçaba para as novas frentes de trabalho em Paranaguá, cidade em crescimento (TEIXEIRA,2004).

É a partir do chamado período desenvolvimentista da década de 1970, que se intensifica a ocupação tanto do continente quanto das ilhas no interior

do município de Guaraqueçaba por grandes agricultores e pecuaristas.<sup>9</sup> Porém mesmo que a principal atividade econômica durante a maior parte da história da ocupação de Guaraqueçaba tenha sido a agricultura extensiva, a agricultura de subsistência não deixou de existir dentre as populações mais antigas, as quais denominam-se neste trabalho de comunidades tradicionais e caiçaras. (ADAMS, 2000; TEIXEIRA, 2004; DIEGUES, 2004)

A economia das comunidades tradicionais fora neste mesmo período, baseada na agricultura de subsistência. Os principais cultivos eram de arroz, milho e mandioca. Desta última era fabricada a farinha, produto utilizado como excedente de produção e destinado a comercialização. Pequenas criações de porco e galinha garantiam a fonte básica de proteína. A caça, a pesca e a coleta de palmito eram atividades secundárias na vida destas comunidades entre as décadas de 1970 e 1980 (TEIXEIRA, 2004; IPARDES, 2001).

Em entrevistas realizadas para este trabalho com pessoas de idade superior a 65 anos, obtiveram-se relatos de que ainda por volta da década de 1970, os caiçaras, obtinham o que não produziam, a partir da venda de excedentes agrícolas, em armazéns de Guaraqueçaba e Paranaguá. Compravam tecidos, vestimentas, combustíveis e alguns medicamentos no próprio armazém onde eram vendidos seus produtos, caracterizando uma espécie de escambo. Conta Sr. Antonio Cardoso, morador da ilha do Superaguí, município de Guaraqueçaba, em entrevista cedida em 22 de Dezembro de 2008, que “dinheiro quase não se usava no Superaguí, era muito pouco. Usava mesmo quando ia pra cidade”.

A partir da década de 1980, as mudanças economia de Guaraqueçaba ocorrem motivadas por um lado pela derrocada do modelo desenvolvimentista brasileiro também neste município, e por outro, pelo início da conservação de seus atributos naturais. A legislação ambiental que proibiu todo tipo de uso direto dos recursos naturais e a presença de atividades extensivas no interior da APA trouxe novos agentes territoriais, novas territorialidades e mudanças

---

<sup>9</sup> É também a partir das mudanças ocorridas no uso e ocupação do território deste período que se originam as principais causas dos conflitos e convergências territoriais descritos no capítulo 05. Possesiros novos, chamados de “grileiros” pelos caiçaras, tentaram expulsar os mais antigos possesiros, em nome do “desenvolvimento”, sobretudo com muito auxílio do Estado Nacional.

significativas nas territorialidades mais antigas. Em suma, des-reterritorializando Guaraqueçaba.

Para os caiçaras, a proibição das roças os leva a outras atividades, sobretudo as extrativas. A coleta do Palmito, a pesca e a caça foram as principais alternativas de sobrevivência encontradas por estas populações. Posteriormente, a partir da segunda metade da década de 1990, o turismo passa a ser atividade de importância econômica, porém em apenas algumas localidades da APA. (DIEGUES, 2000)

Uma vez que existem diversas categorias de unidades de conservação em Guaraqueçaba<sup>10</sup>, sendo a APA a mais abrangente em termos de área, e que permite até um certo limite, o “uso sustentável”, agroecológico dos recursos, e o Parque Nacional do Superaqui, mais restrito e impeditivo quanto ao uso e ocupação, os usos econômicos são diversos. Em áreas ocupadas no interior apenas da Área de Preservação Ambiental, como as comunidades de Serra Negra, Rio Verde, Batuva dentre outras, as pequenas propriedades voltadas para a produção de Banana orgânica ainda são permitidas, desde que obedecem às regras contidas no pelo Zoneamento da APA de 2001, como a proteção das nascentes e cursos d’água, e da encostas de morros com elevação igual ou superior a 45 graus.

Outra proposta que surge com a conservação, como alternativa à agricultura de pousio já então proibida, foi o desenvolvimento do artesanato pela Fundação O Boticário com os moradores da comunidade do Morato, no entorno da RPPN – Reserva Natural Salto Morato - a partir de 1997. Estes moradores, que possuíam o costume de extrair madeira e palmito da área onde foi constituída a reserva, teriam uma fonte de renda alternativa. Segundo Teixeira (2004) esta estratégia, que aparentemente tem o intuito de defender a população, objetivava conservação da natureza, assim como ações de controle: cercas e guardas particulares.

Esta proposta foi também adotada por diversas outras ONGS atuantes na APA, apoiadas pelo IBAMA. Foi criada a Associação dos Artesãos, que passou a desenvolver formas diferenciadas de artesanato e outras parcerias. Destaca-se atualmente a parceria desta associação com a FUNDEPAR, que a

---

<sup>10</sup> Mais detalhes sobre a sobreposição de territórios de conservação vê-se no item 3.3.1 deste capítulo.

pedido de diversos órgãos do Governo do Estado do Paraná faz encomenda de produtos específicos. Esta mesma parceria rendeu também à associação a construção de um atelier na sede do município. Destacam-se as manufaturas feitas a partir da palha da folha e do caule da bananeira, sobretudo nas comunidades mais próximas dos bananais.

Porém, as comunidades que vivem no interior do Parque Nacional do Superagui, não se beneficiaram desta mesma proposta, por basicamente dois motivos: estarem longe da fonte de matéria prima<sup>11</sup> e não poderem extrair outros recursos naturais para desenvolverem o artesanato comercial.

Tem-se, a partir destas alterações na dinâmica econômica de Guaraqueçaba, a percepção das diversas mudanças acerca das territorialidades e dos agentes territoriais. Da agricultura ao artesanato e o turismo, tanto os órgãos do governo, quanto os moradores, mudaram profundamente as relações entre si e com o ambiente.

## 5.2 Território e Territorialidade Ambientalista

Veremos neste item como que ao longo processo de criação e consolidação da APA de Guaraqueçaba e das demais UC em seu interior, ocorreram e ainda ocorrem a articulação entre as estruturas territoriais e os agentes territorializantes, em prol dos objetivos das UC, necessitando e adquirindo fluxos e territórios articulados em rede para sua criação, consolidação e manutenção.

As características naturais de Guaraqueçaba-Pr, atraíram o Governo Federal para a conservação ambiental neste município que iniciou-se em 1981, com a implantação da Lei Federal de criação das Áreas de Proteção Ambiental (Lei nº 6938/81) e a instalação dos primeiros órgãos de fiscalização no município. A primeira Unidade de Conservação a ser criada foi a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, pelo decreto n. 87222 de 1982 do Governo Federal e que ocupa a quase a totalidade das áreas de mangue existentes.

---

<sup>11</sup> Por ser uma categoria de unidade de conservação integral, não existem bananais no Parque Nacional do Superagui.

A APA é oficialmente criada em 1985 pelo decreto nº 90.833 também do Governo Federal, e seu primeiro zoneamento concluído em 1989 pelo Decreto nº 5.040 do governo do estado do Paraná. Pouco antes, no mês de abril de 1989, o decreto-lei nº 97688 cria o Parque Nacional do Superagui (IPARDES,2001). Há que se observar, contudo, que desde o início da inserção da lógica de conservação ambiental em Guaraqueçaba, a definição de territórios é caracterizada por uma certa quantidade e diversidade de unidades de conservação, de categorias distintas e portanto regidas por leis e normas diferenciadas. Estas UC foram criadas de forma que muitas delas se sobrepuseram-se sobre outras, no interior da APA.

Há que se destacar ainda que anterior à criação destes territórios ambientais, e do surgimento de uma prática territorial ambientalista, já existiam além de um dos principais remanescentes de Mata Atlântica do Brasil, diversas e distintas populações, bem como diversos e distintos territórios. Grandes propriedades de terra aliados a diversos ciclos econômicos, comunidades rurais e extrativistas.

As pequenas comunidades tradicionais,<sup>12</sup> apesar desta cultura ter sido até agora menos agressiva ao ambiente da APA, foram significativamente prejudicadas pelas novas regras, novas leis impostas pela criação dos territórios ambientais. (TEIXEIRA,2004; DIEGUES,2000). Mas como vê-se adiante neste trabalho, os processos de des-reterritorialização foram de tal maneira incorporados por estas comunidades, que produziram não somente prejuízos, mas também vantagens para a manutenção de sua territorialidade tradicional na apropriação de novas práticas territoriais.

Cristina Teixeira (2004) divide a história da conservação ambiental em Guaraqueçaba em três períodos: a implantação da proteção (1981-1989); sua consolidação (1990-1999); e a situação em andamento (2000-2002). Em sua análise, destaca as relações existentes entre os órgãos oficiais do governo com as organizações não-governamentais, e a visão destes a respeito das populações residentes tradicionais.

No que a autora chama de primeiro período, a atuação governamental é marcada em 1981 pela instalação de um escritório do ITC – Instituto de

---

<sup>12</sup> Entende-se por comunidades tradicionais, aquelas que mantêm e reproduzem seu modo de vida basicamente por meio da transmissão oral das práticas e conhecimentos ao longo das gerações.

Terras e Cartografia do Estado do Paraná – e a criação do Conselho do Litoral, em 1984. A função do primeiro fora basicamente a implantação efetiva das UC's em Guaraqueçaba enquanto que a função do segundo trata-se das diretrizes do uso e ocupação do solo em todo o litoral paranaense. Neste mesmo período ONG's também atuaram direta e indiretamente em Guaraqueçaba. A mais importante ONG foi a ADEA – Associação de Defesa e Educação Ambiental – que já havia desde a década de 1970 contribuído para a criação de demais áreas de proteção no estado, e culminou em 1988 com a elaboração de propostas ambientalistas para a Constituição Paranaense.

A Fundação SOS Mata Atlântica é também outra instituição de demasiada importância, porém ainda neste primeiro período atuou em Guaraqueçaba apenas de maneira mais indireta dando subsídios mais à lógica da criação da APA, através do que mais diretamente se desenvolvia na porção de Mata Atlântica do complexo estuarino Iguape-Cananéia-Paraguá, concentrando-se principalmente nas porções do interior do território político do estado de São Paulo.

Cristina Teixeira (Ibid. p. 189) destaca que ainda durante este período, as populações tradicionais, caracterizadas pela pequena agricultura e pelo extrativismo esporádico, eram concebidas de um ponto de vista social, ou seja, a pequena agricultura deveria ser mantida. Na comparação entre os impactos causados por tais populações e as grandes propriedades de terra voltadas à agropecuária extensiva, tinha-se a noção de que eram bem menos impactantes para a conservação ambiental, os modos de vida e produção tradicional. De maneira geral, as comunidades tradicionais tiveram grandes e significativas vantagens, fundamentais para fossem mantidas onde estavam.

Já no chamado período de consolidação da proteção ambiental em Guaraqueçaba, Cristina Teixeira (2004, cap. 6) destaca que a ação das ONG's, que até então estava voltada mais à criação de subsídios técnicos, científicos para a regulamentação das leis ambientais, estas instituições passaram a se focarem mais diretamente a implementação física das unidades de conservação, ou seja à criação de mais UC no interior da APA.

Dentre os principais subsídios destacam-se os estudos técnicos responsáveis pelos Planos de Manejo e Zoneamento da APA, fundamentais

para a atuação que órgãos oficiais de governo e o Poder Legislativo, na criação e normatização das leis que atuam sobre os territórios de conservação.

Cristina Teixeira também ilustra a mudança ocorrida na visão das ONG e governos para com a pequena agricultura e conseqüentemente para as comunidades tradicionais. Após fim das grandes propriedades expulsão do sistema agropecuário extensivo, o maior problema passou a ser a existência das comunidades tradicionais. A modalidade de cultivo agrícola, caracterizada pelo sistema de pousio<sup>13</sup>, passou então a ser encarada como a maior ameaça do momento aos objetivos da conservação.

### *5.2.1 - Territórios-rede e Territórios-zona*

Para este item faz-se uso destas categorias de análise (território-zona e território-rede) descritas no primeiro capítulo, fundamentais para caracterização dos territórios e territorialidades. Tais categorias permitem por um lado, mostrar os atributos e papéis desempenhados pelo território, sob duas perspectivas distintas: uma mais concreta, e outra mais fluida e sutil.

A APA de Guaraqueçaba está localizada porção norte do litoral paranaense e possui 3.134 km de extensão, o que corresponde ao total da área dos municípios de Guaraqueçaba (81,41% do total da APA) e Paranaguá, e ainda uma parte dos municípios de Antonina e Campina Grande do Sul (IPARDES, 2001).

No interior da APA existem ainda delimitadas outras 18 unidades de conservação, de outras categorias mais restritivas, o que caracteriza um “mosaico”<sup>14</sup> de conservação da natureza. Temos assim que não existe apenas um “território-zona” de conservação, mas vários, cada um com sua especificidade, que se encontram dentro de um território principal e aglutinador, a APA.

---

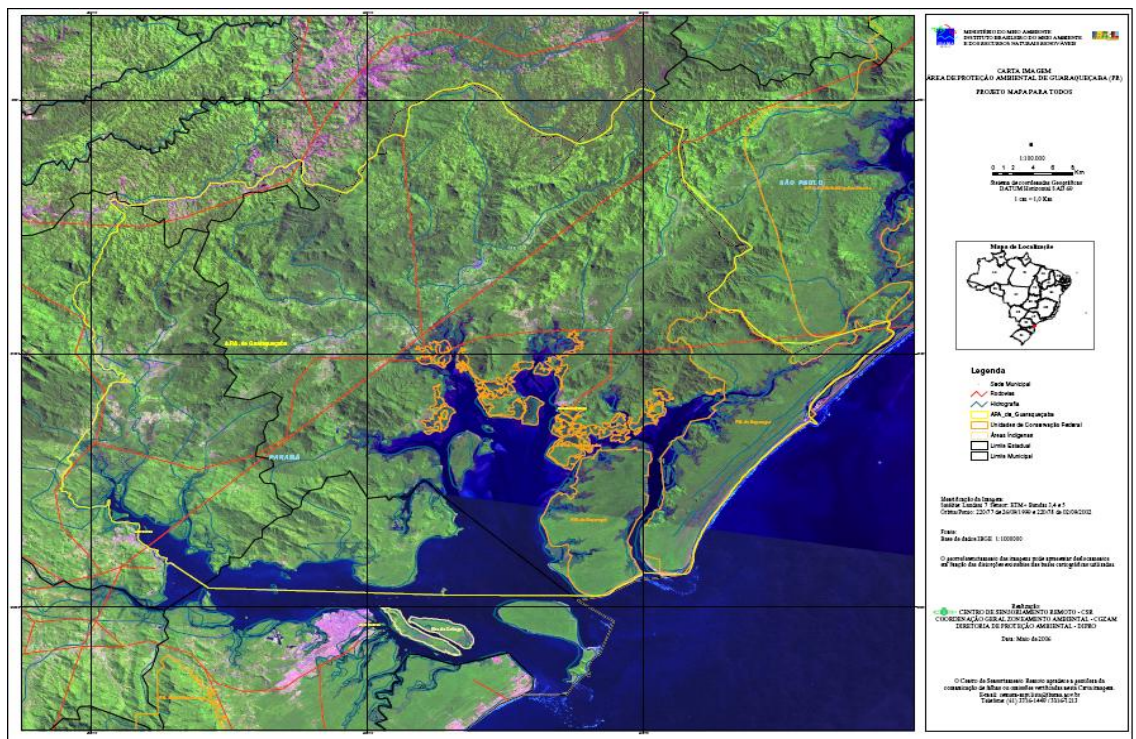
<sup>13</sup> A descrição do sistema de agricultura de pousio é melhor detalhada no capítulo seguinte,

<sup>14</sup> O mosaico de conservação é a diferenciação de categorias e unidades de conservação no interior de uma faixa contínua de bioma, de forma que diversos usos e restrição contemplem os diversos interesses de conservação e também do uso e ocupação. (MMA, 2000)

A pluralidade de categorias, de forma sobreposta gera uma diversidade de regras de uso e ocupação do território, afetando diretamente as territorialidades dos moradores. Torna-se complexo o conhecimento sobre as possibilidades e proibições em um simples trajeto ou travessia de uma comunidade para outra.

A figura 3 ilustra as maiores e também principais unidades de conservação criadas por iniciativa do governo federal em Guaraqueçaba. De acordo com o mapa abaixo, os diversos territórios-zona (APA, Estação Ecológica e Parque Nacional do Superagui), delimitadamente constituídos por medidas e regulamentados por diferentes leis e normas colocam algumas comunidades vizinhas e próximas, em diferentes situações de possibilidades de deslocamento, uso e ocupação do território.

Figura 3 Unidades Federais de Conservação em Guaraqueçaba-PR



Fonte: Centro de Sensoriamento Remoto (2007) IBAMA

É possível notar na figura 03 uma linha de cor amarela delimita o maior território-zona, a APA. As linhas de cor laranja sinalizam as outras duas unidades de proteção integral: a Estação Ecológica de Guaraqueçaba e o Parque Nacional do Superagui. É importante destacar que a Estação Ecológica

abrange os manguezais mais próximos à sede do município, justamente onde se concentra a maioria da população que vive no interior da APA. A importância ecológica atribuída aos manguezais (IPARDES,2000) é utilizada como justificativa para a categoria de Estação Ecológica do grupo de Unidade de Proteção Integral. No capítulo seguinte pode-se perceber a importância destas áreas para a sobrevivência das diversas comunidades existentes no interior desta unidade, bem como para a população da sede do município.

Em Guaraqueçaba não é difícil identificar as organizações não governamentais que atuaram nos períodos de criação e consolidação da conservação ambiental atuantes e interligadas à uma rede conservacionista. O então chamado IBAMA<sup>15</sup>, principal órgão estatal responsável pela fiscalização e responsável pela gestão da APA de Guaraqueçaba, por falta de corpo técnico especializado e recursos para viabilizar projetos de conservação, estrategicamente passou a apoiar as diversas iniciativas de outras organizações nestes dois primeiros períodos. Estabeleceu parcerias com a SPVS - Sociedade de Pesquisa da Vida Selvagem – que por sua vez, mantém parcerias com a TNC - The Nature Conservancy – e diversas outras. Temos então uma junção de “territórios-rede” de conservação com “territórios-zona” de conservação. De um lado os diversos nós que compõem um meio técnico-científico-informacional, científico, passam então a compor juntamente com os órgãos oficiais do governo, ou seja, os definidores em primeira instância dos “territórios-zona” de conservação da natureza.

A SPVS – Sociedade de Pesquisa da Vida Selvagem e Proteção Ambiental – foi criada oficialmente em 19 de dezembro de 1984, em Curitiba-Pr. Formada por diversos profissionais de diferentes áreas do conhecimento que constituem as ciências naturais iniciou suas atividades voltando-se sobretudo à pesquisas, ao mesmo tempo em que já buscava-se evitar “a dispersão do grupo”<sup>16</sup>, uma vez que os integrantes recebiam cada vez mais convites para trabalhos em instituições e órgãos governamentais.

A partir da década de 1990, através de uma parceria com a The Nature Conservancy, a SPVS então adquiriu diversas fazendas, que se tornaram

---

<sup>15</sup> A partir do ano de 2006, o IBAMA desmembrou-se em mais um órgão, o Instituto Chico Mendes para a Conservação da Diversidade Biológica – ICMBIO. O primeiro ficou responsável pela fiscalização e o segundo pela gestão das UC.

<sup>16</sup> Clovis C. Borges, em entrevista concedida à UFPR TV em 2004.

territórios destinados a recuperação e conservação. Tendo em vista o mercado de créditos de carbono, estas reservas passaram mesmo a exercer as demandas e deliberações internacionais.

De olho na recuperação de áreas degradadas a SPVS passa a operar mais direta e efetivamente sobre o território criando mais territórios-zona (mais unidades de conservação) diferenciados, dentro da APA de Guaraqueçaba. O objetivo de recuperação, que inclui o reflorestamento de antigas pastagens, requer domínio e prática territorial diferenciada, o que fez caracterizar uma territorialidade, realizada por ações específicas para a recuperação de áreas degradadas. Os chamados créditos de carbono serviram como grande motivação para a viabilização de projetos e parcerias internacionais, financiadas por instituições que buscam as compensações por emissões de gás carbônico em outra parte do mundo.

Outra ONG de destaque na APA é sem dúvida a Fundação O Boticário de Proteção da Natureza, que também se voltou à conservação da natureza através da criação da RPPN do Salto Morato. Fundada em 1994 possui uma área de 2.340 hectares no interior da APA, e recebe reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade em 1999. Destaca-se não somente pela preservação da Mata Atlântica, mas também pela presença do Salto Morato, uma cachoeira com aproximadamente 30 metros de queda d'água, principal atrativo turístico da reserva.

Assim como a simples assinatura em um papel não garantiria que os objetivos de uma unidade de conservação fossem alcançados, sem os equipamentos, e principalmente sem o pessoal adequado, os órgãos governamentais responsáveis pela implementação destas unidades passaram então a firmar parcerias com outras instituições não estatais para dar cabo a seus objetivos.

De outro lado, os diversos territórios-rede e seus nós de comunicação das populações moradoras, distribuídas em tradicionais, também com seus "territórios-zona", delimitadamente constituído através dos recursos, dos usos e apropriações da natureza (territórios de caça, de pesca, de coleta).

### 5.2.2 A gestão da APA

A partir do Macrozoneamento da APA de Guaraqueçaba realizado pelo IPARDES em 1989, o IBAMA ainda no uso da estratégia de parcerias, estreitou as relações com a SPVS em diversos estudos, entre os quais se destaca o Plano Integrado de Gestão de 1992. Porém a falta de recursos e o descaso político inviabilizaram sua implantação (TEIXEIRA, 2004 p. 235).

Um novo zoneamento foi realizado pelo IPARDES, entre 1994-1997, contou com o auxílio de professores da UFPR e técnicos do Museu de História Natural do Capão da Imbuia e incluiu o zoneamento ecológico-econômico. Ainda que tenha sido finalizado em 1997, somente em 2001 é que foi publicado com o nome de Zoneamento da APA de Guaraqueçaba-Pr. (IPARDES, 2001)

Até então, a participação da população local se deu basicamente pelo fornecimento de informações socioeconômicas aos pesquisadores e pela participação em oficinas de caráter consultivo. Somente a partir da implementação do SNUC em 2000, é que houve efetivamente a inclusão das comunidades na gestão da unidade. O SNUC determinou a criação do Conselho Deliberativo. A Lei nº 9.995/00 traz em seu artigo 5º a determinação da criação de um "... Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil de da população residente...". (SNUC, 2000)

Em Guaraqueçaba a constituição do conselho se deu início no ano de 2001. Foram convidadas representantes de ONG, Universidades e comunidades locais. As representações das comunidades locais foram divididas por bacias hidrográficas, a exemplo da política agrícola e da lei de recursos hídricos. O trabalho de mobilização destas comunidades foi realizado pelo então denominado IBAMA e pela SPVS, e contou com a participação de sociólogas para a aproximação e diálogo com as comunidades.

### 5.3 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE CAIÇARA<sup>17</sup>

De acordo com a linha teórica descrita no primeiro capítulo, pode-se compreender um território pela caracterização das múltiplas territorialidades ali exercidas. Parte-se então da idéia de que as formas de uso e ocupação de uma determinada porção do espaço e as relações de poder e força existentes para garantir o seu domínio contribuem para a caracterização da territorialidade de uma determinada população ou comunidade.

Porém não é deixado de considerar também que os aspectos contidos na formação da cultura caiçara: misto de descendentes de colonos, índios e negros e caracterizada ao mesmo tempo pelo uso direto de recursos naturais e sua conservação. Não se trata portanto, de evidenciar uma territorialidade caiçara<sup>18</sup> a partir de um mito do bom selvagem, mas considerar através de suas práticas, saberes e mitos suas formas de atuação no território. Mesmo que se considere como tradicional a cultura e a territorialidade caiçara não são estáticas e possuem em seu processo de desenvolvimento muito dinamismo e contemporaneidade. (NUNES, 2001; TEIXEIRA, 2004).

A análise que segue busca abranger as dimensões econômica, cultural e econômica, porém de maneira a considerá-las dimensões que se integram na perspectiva relacional do território.

A respeito da dimensão econômica-cultural, a prática da agricultura caiçara encontra-se entre a tradicional indígena e a de modelo extensiva, agro-industrial moderna (ADAMS, 2000). Mesmo que o sistema de “pousio”<sup>19</sup> não deixe de produzir um passivo ambiental, este modo de produção agrícola, somado à pequena escala de produção, de base de subsistência apresenta, quando comparada à agricultura de extensão, um impacto bem menor ao ambiente na qual se insere.

---

<sup>17</sup> Termo de origem indígena, utilizado por DIEGUES (2000) para uma definição etnográfica das populações residentes na extensão que abrange desde o litoral sul do estado do Rio de Janeiro à porção norte do Estado de Santa Catarina. Fruto da mistura étnica-cultural entre portugueses, negros e índios.

<sup>18</sup> Mesmo que não se auto-nomeiem nem se reconheçam como Caiçaras, o termo é utilizado apenas para simplificar uma identificação das populações.

<sup>19</sup> Sistema semelhante aos indígenas da Mata Atlântica, onde desmata-se uma pequena porção de terra, cultiva-se intensamente várias espécies durante um certo período de tempo, e logo abandonado em troca de outra porção mais fértil. (DIEGUES,1998; TEIXEIRA,2004).

A agricultura praticada por estas populações, como ressalta Cristina Teixeira (2004) fora durante um certo período em Guaraqueçaba, considerada como a mais adaptada ao ambiente, justamente em um período quando o município já então território de conservação da natureza ainda continha algumas grandes fazendas de criação de Búfalos.

Porém, após já não haver mais grandes produtores no interior da APA, os pequenos agricultores passaram então a ser novamente considerados como um entrave ao novo modelo de uso e ocupação que ganhava mais efetividade a partir da década de 1990. (TEIXEIRA, 2004).

Em entrevista cedida pelo Sr. A. A. P., e membro da Associação de Moradores do Sebuí, descreve-se que por um lado, a legislação que proíbe a agricultura trouxe também benefícios. A grilagem de terras, que expulsavam as populações tradicionais cada vez mais em direção ao mar, foi extinta. O problema, lembram os moradores, é que a proibição ficou também para as populações tradicionais.

No que diz respeito a atividades recreativas, da dinâmica cultural, destaca-se o Fandango. Não há mesmo um consenso sobre a origem desta manifestação folclórica, encontrada até hoje nas localidades que compreendem o complexo estuário Iguape-Paranaguá, porém as estórias mais contadas, remontam a uma mistura de danças e ritmos Hispânicos e Lusitanos. Presente em bailes e comemorações, o Fandango é formado por dois tipos canto e dança: a) o “Batido”, onde forma-se uma roda de Damas e Cavalheiros e a dança se procede em coreografias cujos Cavalheiros calçados de tamancos de madeira, batem seus calçados sobre o chão, ao ritmo correspondente ao da “batida” específica da moda entoada, e por vezes contendo palmadas das mãos; e o b) Bailado, onde os casais dançam livremente pelo salão, em um ritmo muito semelhante a outras danças tradicionais brasileiras.

Os instrumentos do Fandango são a Viola, a Rabeca, o Machete<sup>20</sup>, o Adufo<sup>21</sup> e o Tamanco, todos são feitos à mão, e a principal madeira utilizada é a Caixeta. As restrições ao corte desta madeira dificultam sobremaneira a manutenção desta atividade cultural.

---

<sup>20</sup> Um instrumento musical muito semelhante ao Cavaquinho.

<sup>21</sup> Instrumento musical de percussão semelhante ao Pandeiro.

Nas letras das modas de Fandango, muito se falam do dia-a-dia do caiçara, como também histórias de amor, lendas sobre a natureza e até mesmo relações comerciais como a “Compra de Palmito” uma moda do tipo “Dandão”:

“... Essa compra de palmito / tá pior que cativo / quem tira não ganha nada / quem compra ganha dinheiro...”

E outra moda, também Dandão, chamada “Pobre Pescador”:

“... No mar arriscando a vida / Vendemos nosso pescado / para o atravessador / que vive às nossas custas, ai / mas não quer nos dar valor / pagam o preço que querem / não adianta reclamar / às vezes ainda demora, ai / uma semana pra pagar...”

Existe uma ligação forte entre o Fandango, a agricultura e o trabalho coletivo. Conta o Sr. L. P., que o Fandango funcionava como uma espécie de pagamento que o dono de uma roça prestava aos trabalhadores do mutirão que lhe ajudara na colheita. Havia também mutirão com Fandango para a construção de casas e para a manufatura de canoas.

Ainda a respeito da dimensão cultural da análise do território e territorialidade caiçara, a manufatura da canoa, de significativa importância no modo de vida tradicional envolve diretamente o uso e controle de uma porção do espaço, ou seja, relações de poder espacializadas, e portanto relações territoriais, desde a procura pela madeira até sua finalização<sup>22</sup>. Justifica-se tal afirmação primeiramente pela necessidade de um conhecimento e apropriação do território para se encontrar as árvores de espécie e tamanho adequados<sup>23</sup>. Segundo, por motivos de logística, que fazem com que a procura por estas árvores aconteça prioritariamente em locais mais próximos à residência daquele que fabrica a canoa, para o acabamento. Esta atividade portanto,

---

<sup>22</sup> A manufatura se inicia no local onde a árvore é cortada, e o acabamento é realizado geralmente na casa do canoeiro.

<sup>23</sup> Conta o Sr. A. P., que para que um morador de outra comunidade quisesse retirar uma árvore para fabricar a canoa em sua comunidade, era necessária uma troca, seja por outra madeira, seja por outra coisa.

carrega consigo uma série de relações sociais e relações com a natureza e desta maneira uma territorialidade.

Para encontrar a árvore com o perfil desejado para uma canoa, o canoeiro precisa percorrer uma área no entorno de seu local de trabalho, e para este percurso, o conhecimento dos caminhos e acessos é condição necessária. Uma vez encontrada, é esperada a época correta para a derrubada da árvore. Como afirma um fabricante de canoa morador da Vila do Sebuí, na Baía de Pinheiros que cujo nome não foi autorizado a citar neste trabalho:

“...Tem que ser em lua de quarto, porque daí a tora fica mais seca, e termina de secar mais rápido...”

A fabricação de canoa não é realizada em todas as comunidades caiçaras. Esta atividade requer anos de dedicação e aprendizado, ou seja, uma determinada especialização inserida em uma divisão social do trabalho. Requer também que o fabricante resida em locais que tenham em suas proximidades, madeira própria para canoa, em abundância e de fácil acessibilidade. Há ainda que se manter relações de trabalho coletivo suficientes obter ajuda em uma fase importante do da fabricação: a varação.

A chamada varação de canoa é atividade de retirada da madeira já moldada na forma de canoa, de onde foi cortada até o local onde será dado o acabamento. Por se tratar de um processo trabalhoso, necessita-se de várias pessoas, que formam um mutirão. Isto faz da varação talvez a única atividade que os caiçara de Guaraqueçaba ainda fazem nos dias atuais, sob a forma de um mutirão.

A canoa é o principal meio de transporte das comunidades mais próximas ao oceano e ao estuário. Quando movida à motor, promove a mobilidade de longas distâncias. Quando movida à remo serve para a mobilidade de pequenas distância e para o exercício da pesca artesanal.

A pesca artesanal é exercida em diferentes modos e locais, como também em tempos diferenciados. Marques e Fernandes-Pinto (2004) fazem uma análise de uma distribuição euclidiana das espécies de peixe e tipo de pesca, em uma do ponto de vista horizontal e vertical, e a dimensão temporal da pesca em Guaraqueçaba. Na distribuição horizontal encontram-se os

ambientes de macro-habitats, como os rios, as baías, o mar de fora, as barras e os mangues; e os micro-habitats denominados “barranco”, “poço”, praia. Na distribuição espacial vertical, as nomenclaturas refere-se às espécies vivas, como as “boieiras” que ficam mais à superfície, os “de meio” e os “de fundo”, reconhecendo-se também boa parte da cadeia alimentar destas espécies, o que caracteriza a existência de um conhecimento etnoecológico por parte destes pescadores (FERNANDES-PINTO&MARQUES,2004). A prática deste conhecimentos, que requerem domínio territorial também compõem a territorialidade do caiçara.

Do ponto de vista da dimensão econômica, a pesca de fisga, que utiliza um arpão com quatro pontas de ferro, sem mergulho, é praticada basicamente nos rios em locais mais próximos ao seu encontro com o mar, e apenas para fins de subsistência. Durante a maré cheia, peixes como a Tainha e o Robalo, movem-se em direção a montante do rio em busca de alimento, e é durante este momento - geralmente no período da manhã - que é praticada a pesca de fisga. Quando ocorrem alguns dias de estiagem, as águas dos rios adquirem uma grande transparência, o que facilita a visualização e captura dos peixes. Mesmo sendo tradicional entre os caiçaras e utilizada para subsistência, atualmente este tipo de pesca é totalmente proibido em unidades de conservação.

Já a coleta do Palmito enquanto atividade econômica, como fonte de renda, não pode ser considerada tradicional na vida do caiçara. A exploração extrativa desta palmácea originou-se com grande força a partir da instalação das primeiras beneficiadoras, em Cananéia e em Guaraqueçaba ainda no período desenvolvimentista brasileiro. Porém atualmente, devido à perda de demais fontes de renda, como a agricultura, fez com que as populações de voltassem a outras atividades, como a coleta do Palmito. Talvez esta seja inclusive uma das atividades mais rentáveis atualmente, devido a fatores como abundância de recursos, e baixa fiscalização. Tem-se portanto atualmente, na atividade de coleta do Palmito, um importante componente da territorialidade caiçara, e do processo de des-reterritorialização descrito no capítulo 04.

Por servir de importante fonte de alimento para diversas espécies de aves, a planta do Palmito possui um papel fundamental no equilíbrio ecológico

da Mata Atlântica, e sua extração é portanto uma atividade que gera um dos mais importantes conflitos no interior da APA.

Em entrevista cedida por uma estagiária e pesquisadora da Fundação O Boticário, foi relatada a “invasão” de “palmiteiros” - como são chamados os coletores de palmito - , de áreas de conservação para a coleta clandestina da palmácea. Mais um conflito então se configura, quando de um lado temos os esforços na conservação de uma espécie demasiado importante para a ecologia da Mata Atlântica, e de outro um esforço de sobrevivência.

A reserva do Salto Morato, de propriedade da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza é um exemplo que merece destaque nesta questão. Antes da criação da reserva, a área pertencia a uma fazenda agropecuária e que já tinha como vizinhança, a comunidade do Morato. Segundo entrevista cedida por moradores, existia na época da fazenda o livre acesso e circulação dos moradores da comunidade nas áreas de floresta pertencentes à fazenda. Com a criação da reserva, institui-se a proibição do acesso livre e conseqüentemente a desterritorialização.

#### 5.4 - CONFLITOS E CONVERGÊNCIAS.

Não é de hoje que se fala sobre a desterritorialização das populações residentes em territórios de conservação. Diegues, (1998) ao descrever o que chamou de “mito moderno da natureza intocada”, mostra como imposição as unidades de conservação, que foram concebidas a partir de uma visão de uma natureza sem a presença do homem, e o fez ilustrando justamente o tratamento dado às populações “tradicionais”.

Neste capítulo discute-se alguns destes pontos de convergência e conflitos que pode-se mesmo sem grande profundidade no assunto, fazer posteriormente algumas reflexões da dinâmica das relações territoriais das distintas territorialidades descritas.

Por mais que o debate acerca da inserção das comunidades na organização do espaço em unidades de conservação já possua uma história, ainda existem lacunas a serem preenchidas no sentido de aprofundar o

entendimento e contribuir para a formulação de alternativas de conciliação entre conservação ambiental e os sistemas tradicionais de apropriação do espaço. (CUNHA, ROUGEULLE & BEHR, 1989). Como nos lembra Márcia Nunes (2003), em resumo a um estudo de caso na Estação Ecológica da Juréia-Itatins/SP:

Estamos em um ponto de inflexão: ou ouvimos o que os moradores tradicionais das Unidades de Conservação têm a nos dizer e nos ensinar, ou nos resignamos a assistir seu desaparecimento enquanto grupo social possuidor de riquíssima cultura e saberes acumulados durante muitas gerações, na relação com o meio natural. (NUNES, 2004 p.II)

O zoneamento da APA de Guaraqueçaba, realizado pelo IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, enfatiza a necessidade da manutenção das comunidades tradicionais através da viabilização de formas de trabalho que, dentre outras características, possa:

(...) promover o exercício das principais atividades tradicionais (pesca artesanal e agricultura familiar) visando à possibilidade de uso dos recursos naturais, como forma de resguardar o conhecimento produtivo, a relação do homem local com o seu meio ambiente, e de manter e fortalecer a organização social e cultural. (IPARDES, 2001 p. 99)

Mesmo existindo um paralelismo, ainda que no discurso, entre proteção e justiça social, construída na interação de determinações mais globais e mais locais, nem a ótica ambiental nem a da justiça social foram plenamente implementadas. (TEIXEIRA, 2001). Na prática, o que tem acontecido parece ser a continuada reprodução de uma lógica onde a cultura e a história dessas populações são consideradas “atrasadas, anacrônicas, historicamente inferiores” (CUNHA, ROUGEULLE&BEHR, 1989).

Tem-se a seguir argumentos que ilustram o caráter paradoxal existente na atual configuração multiterritorial existente no interior da APA de Guaraqueçaba. A conservação ambiental serve, por um lado como uma forma

de garantia de parte da territorialidade caiçara, e sua sobrevivência, por outro lado é também a origem de sua desterritorialização.

### *5.3.1 Convergências*

Chamaremos de convergências, os fatores em que há concordância entre os chamados agentes territoriais. Tais fatores, muitas amenizam os conflitos territoriais, geram benefícios para a maioria dos agentes, e contribuem para a um acordo mútuo.

Em entrevistas com moradores de várias localidades, foi possível identificar pontos de concordância a respeito da proteção ambiental, da criação das unidades de conservação e da chegada da fiscalização. Pode-se notar mais adiante inclusive aspectos que justificam a que imposição da lei ambientalista, da territorialidade ambientalista é muitas vezes vista de tal maneira positiva, que de certa forma garantiu a manutenção das comunidades caiçaras, e sua territorialidade.

Dentre as diversas mudanças ocorridas em no uso e ocupação do solo em Guaraqueçaba, destaca-se agricultura e pecuária de grande escala, iniciada em meados da década de 1970. A implantação de fazendas de Búfalo, Arroz e Palmito, que cresceram incentivadas pelo desenvolvimentismo então vigente na ação estatal. Em muitas destas fazendas, os caiçaras encontravam oportunidades de renda. Em outras, houveram conflitos entre posseiros e fazendeiros.

Durante o processo de expansão da ocupação para a agropecuária extensiva muitas populações tradicionais que mantinham apenas a posse da terra, foram sendo expulsas pelos “proprietários” dessas terras.

Como parte do modelo desenvolvimentista, a agricultura extensiva também foi realidade onde hoje é território protegido. Muitas vezes por incentivo do governo federal, a ocupação de inteiras e vastas extensões do continente se deram, segundo moradores, por “grileiros”. Estes, faziam uso de homens armados, pequenas milícias para a expulsão de comunidades inteiras viviam nestas áreas há mais tempo.

Ainda hoje é possível encontrar vestígios desta ocupação, como mostra a foto abaixo:

**Figura 04 – Foto da Placa da Fazenda Dorma Guernett**



Foto: Renato Pereira de Siqueira, 2006

A foto acima, foi tirada no mês de julho de 2006 durante uma caminhada em direção ao Morro do Bico Torto no Vale do Rio dos Patos, porção continental do Parque Nacional do Superagui, mostra vestígios de uma já extinta grande fazenda de Palmito. Na placa, é possível verificar o número do registro da propriedade no ano de 1973, que registrava na época mais de um milhão de plantas de palmiteiros.

A criação de unidades de conservação gerou neste sentido, uma proteção à determinadas populações, na medida em que conteve a expansão do controle territorial que as “empurrava” cada vez mais em direção ao mar. Segundo moradores, não fosse a chegada do IBAMA, não existiriam mais comunidades caiçara em todo o município de Guaraqueçaba.

Por caracterizarem sua territorialidade com base no uso direto dos recursos naturais, os caiçaras dependem diretamente da proteção ambiental como parte de sua sobrevivência. A agricultura não extensiva, consorciada com pesca e caça eventual, controlado através das “épocas” de cada recurso, no tempo e no espaço, tornam estas populações talvez os principais interessados e defensores de uma conservação ambiental, porém através de uma outra racionalidade, que não a científica e imposta pelas autoridades. A diferença,

portanto não está a proteção ambiental em si, mas a maneira como esta deve ser realizada.

Um exemplo prático desta convergência, citado em entrevista com moradores da Vila do Sebuí, localizada no continente e também da comunidade de Barbados, localizada na ilha do Superagui, é o do chamado “cerco”, ou também “cerco de vara”. Trata-se de uma armadilha feita de varas, de forma circular que tem como principal objetivo a pesca da Tainha, vinda do mar aberto em direção à porção da baía mais próxima ao continente. Segundo moradores destas comunidades, antes do “meio ambiente” e dos “ecologistas” já se faziam muitos cercos, e que isso acarretaria uma significativa redução da população e possivelmente fim da Tainha na baía de Pinheiros, uma vez que eram capturadas em seu trajeto. Com o aumento da fiscalização, muitos destes cercos foram destruídos e a repressão dos fiscais impede que se aumente a quantidade de cercos. Neste sentido, a conservação ambiental trouxe benefícios às comunidades residentes em territórios do interior da baía.

### *5.3.2 Conflitos*

Definir o melhor conceito para os conflitos dos quais tratam-se em Guaraqueçaba, não é tarefa fácil, ainda mais quando se tem como objeto de análise diversos territórios e territorialidades. Não é à toa, que os chamados “conflitos socioambientais” se tornaram elemento central da chamada ecologia política. Para Little (2006) “Conflitos socioambientais referem-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais, em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico”. Por não estar entre os objetivos deste trabalho uma discussão a respeito do conceito, parte-se da definição de acordo com a afirmação de P. Little acima citada.

Para então elucidar os conflitos de um ponto de vista geográfico, faz-se uso da teoria discutida no segundo capítulo deste trabalho, acerca do concomitante processo de des-reterritorialização.

Através da proibição das pequenas roças, do uso direto da mata para fins de subsistência, proíbem assim também a manutenção de uma cultura, um

modo de vida caracterizado justamente por atividades que requerem uma liberdade de uso e ocupação do território. A legislação ambiental vigente no interior dos diversos territórios-zona contidos na APA, desta maneira desterritorializa seus habitantes.

Se por um lado, com afirmado no item 4.1.2, a legislação ambiental que proibiu a agricultura no interior do Parque Nacional do Superagui trouxe benefícios diretos às populações tradicionais, por outro, acarretou também um processo de desterritorialização, uma vez que a agricultura de subsistência era sua atividade econômica principal. Com a proibição do desmate para o plantio das roças, as comunidades passaram então a exercer outras atividades, como a coleta do palmito. A preferência por essa última, se dá basicamente, pela dificuldade de fiscalização, uma vez que uma área desmatada para o plantio de roças é visível por sobrevôo, diferentemente do palmito, cuja fiscalização deve ser feita por terra. Esta mudança de atividade, traz consigo a mudança das relações do caiçara com a natureza, e com o território, ou seja, muda sua territorialidade.

O Fandango, atividade de música e dança tradicional entre os caiçaras de Guaraqueçaba, cujo principal objetivo é a diversão destas comunidades, fora durante o período das roças culturalmente desenvolvido. Após o mutirão para a colheita de uma determinada roça e ao final, o dono da colheita “pagava” os demais ajudantes com uma festa de Fandango. Com a proibição do plantio, descaracterizou-se e descontextualizou-se o Fandango nos dias atuais (TEIXEIRA, 2001), caracteriza-se desta maneira um de Fandango desterritorializado.

Outro exemplo de desterritorialização está presente na manufatura da canoa. De fundamental importância para as comunidades mais próximas ao lagamar, existem canoas de vários tipos. À motor, à remo ou à vela, é utilizada tanto como meio de transporte e também como ferramenta de trabalho. Desde uma coleta de ostras em um mangue mais distante, à uma “tarrafeada” para o almoço, a canoa a remo define muito a mobilidade do caiçara. Mesmo que se possua embarcação maior, esta muitas vezes precisa ficar ancorada, ou “fundiada”, tornando necessária uma canoa a remo para o barqueiro chegar em terra.

Porém fazer uma canoa não é tarefa fácil. Requer habilidades exercidas durante um certo tempo e adquirida em seu cotidiano, ou seja, requer uma tradição. A experiência de se construir uma canoa é transferida pela observação e oralidade, em outras palavras, pela sua continuada vivência. Com a recorrente descaracterização destas comunidades através da perda de muitas tradições, o feito da canoa tem passado cada vez mais a ser uma atividade para poucos. Estes precisam conhecer o território, precisam saber onde estão as árvores, quais os caminhos tomar todos os dias enquanto trabalha na madeira, também por onde deve passar a “varação”.

As proibições existentes na rígida legislação que rege as unidades de conservação, sobretudo nas categorias de “proteção integral” são as responsáveis, pelas atuais práticas territoriais das populações humanas residentes tanto dentro quanto no seu entorno, o que acarreta uma profunda alteração nas atividades que compõem a tradição caiçara.

Ao proibir-se o corte de madeira, atinge-se não somente a prática do feito da canoa, que envolve desde a procura da árvore em um local de fácil retirada, até as atividades para as quais se destinam o uso da canoa, como a coleta de ostras, também a própria mobilidade das comunidades mais próximas ao lagamar. Ao transformarem mangues em Estação Ecológica, restringe-se a apenas algumas pessoas autorizadas o acesso a estas áreas que compõem o cotidiano destas comunidades.

De um modo geral percebe-se que todas estas proibições, atingem também diretamente a mobilidade no interior dos territórios de conservação, o que caracteriza modo de desterritorialização pela imobilidade. Ao invés da retirada das comunidades, promove-se um cerceamento seu modo de vida de tal maneira que o mantém quase sem alternativas, mantendo-o imóvel, como numa prisão domiciliar.

Mas, de acordo com a já exposta tese de Deleuze e Guatarri de que não existe uma desterritorialização sem que haja concomitantemente uma reterritorialização resta-nos agora mostrar como isso acontece em Guaraqueçaba-Pr.

Esta tentativa de as manterem populações imóveis, geram por sua vez, um movimento de reterritorialização e suas contradições. As atividades que antes eram basicamente tradicionais tornam-se atividades clandestinas. As

comunidades locais, ao tentarem manter ao menos uma parte de sua cultura, de suas atividades tradicionalmente adquiridas, ou seja, ao tentarem se reterritorializar no mesmo território o fazem na clandestinidade. Trata-se da operação das linhas de fuga descritas anteriormente pela obra de Deleuze e Guatarri. Como consequência, diversos são os conflitos territoriais e as micropolíticas postas em ação.

Não será necessário percorrer dados estatísticos para ilustrar o que tem-se como resultado de pesquisa, uma vez que não é objetivo deste trabalho mostrar se a clandestinidade faz parte da vida maioria ou minoria da população. Para cumprir-se o objetivo desta trabalho, é suficiente evidenciar e considerar apenas a sua existência. Para dar suporte às afirmações, citemos casos descritos em um recente documentário em vídeo dirigido por Pedro Novaes, com apoio da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, do Governo Federal (CORALFILMES, 2006):

“... Quando se produzia da roça, o palmito e a caça era coisa de esporte. (...) Hoje, caça e palmito é coisa de necessidade” (Ilton Gonçalves da Silva, Membro do Conselho Gestor da APA de Guaraqueçaba)

C. G. A. o “Capito”, morador de Guaraqueçaba, entrevistado no mesmo documentário, é enfático ao afirmar:

(...) Eu não concordo dizer que o palmito é ladrão. Ele, coitado ta sobrevivendo, é sofredor da vida. (...) Eles não tem o direito deles, sempre o palmito é ladrão (...) É um troço que é uma palavra que não se diz pra um pai de família que tá sofrendo no mato aí pra levar o pão de cada dia. (...) A gente vive de teimoso, é complicado, a gente vive assim como eu to falando, viu, a gente pega o facão e sai pro mato, e seja o que Deus quiser!

Quando perguntado pelo entrevistador se já teve que sair correndo da polícia no mato, Seo Capito responde, sem medo:

Várias vezes escapei, fui obrigado a correr, perdi o produto mas não me entreguei. Isso aí é a vida de um Cristão ? Andar acuado, parece uma caça, um cachorro, pra poder sobreviver !?! Como já aconteceu de eu pousar no mato, pra sair no outro dia, que a polícia florestal bateu no nosso acampamento. A gente perdeu o mês, entendeu ? e quem fica em casa? E as contas, água, luz, remédio, e a comida pra casa ? quem é que vai dar ?

Em outra entrevista, realizada pelo autor deste texto, com outro morador do interior da APA, cujo nome, a pedido do entrevistado iremos aqui preservar:

... é o próprio meio ambiente que degrada mais. A gente pega um palmito porque tem que sobreviver, né, comprá umas coisinha... Aí, quando a Florestal chega, pega tudo, fica com tudo e ainda bate na gente, dá multa. (...) A gente volta pra casa, sem o palmito e ainda com uma multa pra pagá. Como é que a gente vai pagá essa multa ? A gente tem é que pegá mais palmito. – (M. A. P. , morador de Guaraqueçaba-Pr)

Embora sem formação escolar, este morador é ciente do paradoxo degradante da lógica preservacionista. No final ira-se duas vezes mais do que o necessário. Uma vez, que a polícia “recolhe”, outra para pagar a multa e enfim a terceira para suprir as necessidades de sua família.

Quanto aos conflitos acerca da gestão da APA, tem-se a partir das informações coletadas de memórias de reunião atas do Conselho. No início de sua formação, primeiras reuniões que contavam com a participação de diversos representantes, de diversos segmentos do estado e sociedade. Segundo a memória de reunião da primeira reunião ordinária do ano de 2002, tanto a disputa pela representatividade deste segmentos, quanto ao caráter deliberativo ou consultivo, duraram cerca de 1 ano.

As primeiras reuniões do Conselho, formaram então oportunidades de estarem os representantes frente a frente, resultaram verdadeiras batalhas verbais. Segundo relatos técnicos presentes em diversas atas, muito pouco se avança no sentido de consensos.

A dificuldade da participação dos representantes das comunidades é relatada na Ata da segunda reunião ordinária de 2003, e justificada pela dificuldade de deslocamento, falta de recursos financeiros e oportunidades de trabalho. Nesta ata, consta o relato de que um dos fatores que dificultam a presença destes representantes reside na oportunidade de uma pesca bem sucedida exatamente no dia da reunião.

## 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de um estudo de caso a partir dos conceitos de território e territorialidade tornou-se possível através da análise dos processos de des-territorialização, sobretudo pelo seu caráter dinâmico existente. Uma vez que fora proposto para este trabalho uma perspectiva relacional do território, estes processos permitem uma melhor clareza sobre o objeto.

Reconhecer a existência de múltiplos territórios, aqui destacados a partir das categorias de territórios-zona e territórios-rede é uma das maneiras de se conceber as distintas territorialidades existentes em um mesmo território. A partir desta noção tornou-se possível também encontrar em um estudo de caso os conflitos e convergências existentes entre tais distintos territórios.

Onde há uma sobreposição de territórios, destacam-se os conflitos existentes pelas relações de poder exercidas pelas diversas territorialidades. Não apenas entre os “agentes territorializantes” e as “estruturas territoriais” como proposto por Marcelo Lopes de Souza, esperamos ter demonstrado, os agentes e as estruturas podem se articular de forma a garantir um controle hierárquico sobre outros agentes territorializantes e suas estruturas territoriais.

A criação de unidades de conservação, com uma das principais estratégias ambientalistas da atualidade cria por um lado, importantes territórios de “natureza natural” preservada, que cumprem à função de manter parte de um modelo de natureza intocada, como santuários de algo ameaçado de extensão, e ao mesmo tempo, produzem a destruição de outros territórios e territorialidades, que há séculos tenham contribuído para a manutenção destes territórios mais preservados que os entornos das cidades modernas, são ainda consideradas estranhas e negativamente impactante para tais santuários de conservação.

Tem-se portanto que mesmo que tais interações territoriais possuam conflitos que atuam diretamente sobre tais populações tradicionais, existe um entendimento a respeito da conservação do meio natural. Acredita-se, a partir de ambos os agentes territoriais, da importância e necessidade de se manter um controle rígido sobre o uso e ocupação do território, incluindo seus atributos, recursos de pesquisa para uns, de sobrevivência para outros. Tais

convergências parecem se esbarrar justamente sobre a maneira como se proceder para o alcance deste objetivo, ou seja, sobre a territorialidade “adequada” aos distintos territórios.

Ao se proibir atividades de uso da mata atlântica sem nenhuma proposta alternativa para as populações caiçaras, estas por sua vez encontram através das fissuras deixadas pela fiscalização ambiental, sua principal estratégia de reterritorialização.

Na lógica deste processo, desterritorializa-se de forma não absoluta, ou seja, as populações caiçaras não são retiradas diretamente e por completo, mas sim de uma forma indireta, pela imobilidade. A reterritorialização acontece de maneira a gerar ainda mais conflitos e piorar as relações sociais. Esta lógica é contrária tanto para o resultado das atividades de cunho essencialmente extrativistas, que antigamente não tinham tamanha importância na vida econômica destas comunidades, e que passaram a ganhar fôlego a partir da consolidação da conservação, quanto para o próprio objetivo de conservação ambiental.

Restringindo o uso da unidade para as comunidades tradicionais, a legislação principal, eixo da dinâmica do processo de des-reterritorialização demonstrado, deixa de considerar a importância da existência e manutenção dessas comunidades, ou seja da territorialidade caiçara no auxílio à conservação. Como demonstrado neste trabalho que esses habitantes estão interessados em conservar esse ecossistema, justamente por possuírem uma dependência direta de recursos renováveis encontrados nesses locais, a des-reterritorialização, de maneira paradoxal acaba por incentivar uma nova territorialidade, onde o modo de vida tradicional do caiçara se transforma de maneira a diminuir cada vez mais a experiência acumulada durante gerações, e que contribuem para as questões relacionadas à conservação do ambiente.

De maneira geral, o que tem-se a partir da sobreposição de uma territorialidade ambientalista sobre a territorialidade caiçara uma tentativa de se restringir a UC a um seleto grupo de cientistas, professores, guias e turistas que poderão ver a natureza intocada, em detrimento da perda de todo o etnoconhecimento sobre a natureza local.

Como resultado, ambas as territorialidades são demasiadamente prejudicadas, ao ponto de nenhuma destas conseguirem de fato realizarem por completo seus objetivos.

Há muito o que se fazer para que os múltiplos territórios ali existentes e suas múltiplas territorialidades interajam de tal maneira que se conciliem os interesses territoriais de conservação da natureza e da sobrevivência de uma cultura local caracterizada por suas relações eqüitativas com o meio em que vivem.

Como resultado, observa-se que o intuito de conservação ambiental, seja da natureza natural ou do ambiente no qual o homem é parte, está seriamente comprometido na APA de Guaraqueçaba-Pr.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina. **As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar.** *Rev. Antropol.*, 2000, vol.43, no.1, p.145-182. ISSN 0034-7701.  
<http://www.scielo.br/pdf/ra/v43n1/v43n1a04.pdf>

ALBAGLI, Sarita. **Território e Territorialidade.** In: BRAGA, MORELI & LAGES (org) *Territórios em Movimento: Cultura e Identidade como estratégia de Inserção competitiva.* Brasília. Sebrae 2003.

BEHR, Miguel Von. **Guarakessaba: Passado, Presente, Futuro.** São Paulo: Empresa das Artes, 1997.

BRASIL. **Decreto-lei nº 87.222, de 31 de maio de 1982. Cria as Estações Ecológicas de Seridó, Serra das Araras, Guaraqueçaba, Caracará e dá outras providências.** Coletânea Legislação Ambiental. Instituto Ambiental do Paraná – IAP. Curitiba, 1995

BRASIL. **Lei nº 9.902 de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre a Criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.** Coletânea Legislação Ambiental. Instituto Ambiental do Paraná – IAP. Curitiba, 1995.

BRASIL. **Decreto-lei nº 90.833, de 31 de janeiro de 1985. Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e dá outras providências.** Coletânea Legislação Ambiental. Instituto Ambiental do Paraná – IAP. Curitiba, 1995.

BRASIL. **Decreto-lei nº 97.688, de 25 de abril de 1989. Cria, no Estado do Paraná, o Parque Nacional do Superaqui e dá outras providências.** Coletânea Legislação Ambiental. Instituto Ambiental do Paraná – IAP. Curitiba, 1995

CASTELLS, Manuel. **A era da Informação: economia, Sociedade e Cultura. Vol I – A sociedade em Rede.** 3º ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

CORALFILMES **Quando a Ecologia Chegou.** Documentário. Direção Pedro Novaes 50 min., Instituto Rizzo, Goiânia:2006

COSTA, Maria A.F., RIBEIRO, Willame de O., TAVARES, Maria G. da Costa. **O Turismo enquanto espaço de análise geográfica: três perspectivas de abordagem.** In Mercator – Revista de Geografia da UFC, ano 03, Nº 06, p. 33-42.

CUNHA, L.H, ROUGEULLE, M.D. & BEHR, M.F. **Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: Convivência e Conflitos.** Série Documentos e relatórios de Pesquisa n. 3. São Paulo: NUPAUB 1989.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia.** Vol 5. São Paulo: Editora 34, 1997. 3º reimpressão, 2007

DIEGUES, A.C. (org.) **Enciclopédia Caiçara – Vol. I O Olhar do Pesquisador.** São Paulo: Hucitec: NUPAUB-CEC/USP, 2004.

DIEGUES, A.C. (org.) **Enciclopédia Caiçara – Vol. II Falares Caiçara.** São Paulo: Hucitec: NUPAUB-CEC/USP, 2004.

DIEGUES, A.C. (org.) **Enciclopédia Caiçara – Vol. III O Olhar Estrangeiro.** São Paulo: Hucitec: NUPAUB-CEC/USP, 2004.

DIEGUES, A. C. **As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais** In SERRANO, Célia M. de. (org.) “Viagens à Natureza – Turismo, Cultura e Ambiente” 3º edição, Campinas, SP: Editora Papirus, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

FERNANDES-PINTO, È. & MARQUES, J..G.W. **Conhecimento Etnoecológico de Pescadores Artesanais de Guaraqueçaba-Pr.** In DIEGUES, A.C. (org.) Enciclopédia Caiçara. Vol I. O Olhar do Pesquisador. São Paulo: Hucitec, 2004.

FERREIRA, I.V. **Uma política nacional para áreas protegidas brasileiras..** Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Vol. 2. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza & rede Pró Unidade de Conservação. 2007, p. 172-176.

GODOY, Ana. **O Modelo de Natureza e a Natureza do Modelo.** In. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, 2002.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. 7 ed. rev. Pretópolis, RJ: Vozes, 2005

HAESBAERT, Rogério. **A Multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda**. Revista Terra Livre, ano 18, vol I, n 18. p. 37-46 Jan-Jun/2002.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil: 2004.

\_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Zoneamento da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba**. Curitiba, 2001 150 p.

KNAFOU, Remy. **Turismo e Território**: por uma abordagem científica do turismo in RODRIGUES, Adyr A. B. (org) “Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais”. São Paulo: Hucitec, 1996.

LITTLE, Pau Elliot. **Ecologia Política como Etnografia: um guia Teórico e Metodológico**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006

MARGULIS, Sergio. **A Regulamentação Ambiental: Instrumentos e implementação**. In Textos para Discussão n 437. IPEA: Brasília, 1996.

MEDEIROS, Rodrigo. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil**. *Ambient. soc.*, jan./jun. 2006, vol.9, no.1, p.41-64. ISSN 1414-753X. <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf>

MIRANDA, Tatiana Mota e HANAZAKI, Natalia. **Conhecimento e uso de recursos vegetais de restinga por comunidades das ilhas do Cardoso (SP) e de Santa Catarina (SC), Brasil**. *Acta Bot. Bras.*, jan./mar. 2008, vol.22, no.1, p.203-215. ISSN 0102-3306. <http://www.scielo.br/pdf/abb/v22n1/a20v22n1.pdf>

NUNES, Márcia. **Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica da Juréia-Itatins/SP**. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Geografia. Orientação: Profa. Dra. Regina Araújo de Almeida. São Paulo. USP, 2003.

PARANÁ. **Decreto nº 5.040 de 11 de maio de 1989. Regulamento que define o macrozoneamento da região do Litoral Paranaense.** Coletânea Legislação Ambiental. Instituto Ambiental do Paraná – IAP. Curitiba, 1995.

PENHA, Eli Alves. **Território e Territorialidade: Considerações histórico-conceituais.** Revista Brasileira de Geografia, v. 59, n. 1, p. 7-24, Rio de Janeiro, jan-jun, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo, Ática, 1993.

RODRIGUES, Aníbal et al . **É correto pensar a sustentabilidade em nível local? Uma análise metodológica de um estudo de caso em uma Área de Proteção Ambiental no litoral sul do Brasil.** Revista Ambiente e Sociedade, Campinas, v. 6, n. 1, 2003 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2003000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2003000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 16 Jun 2008. doi: 10.1590/S1414-753X2003000200007

SAHLINS, Marshall. **A primeira sociedade da afluência.** In CARVALHO, Edgar Assis (org.) Antropologia Econômica. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M.L. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **O Dinheiro e o Território.** In Revista Geographia Ano 1 nº 1. Rio de Janeiro: UFF, 1999.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: Castro *et al.* (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 78-116.

TEIXEIRA, Cristina F. **A proteção ambiental em Guaraqueçaba: Uma construção Social.** 2000. 300 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento – UFPR) Curitiba: UFPR, 2001

UEJIMA, Henrique S. **Turismo de vivência: Por uma configuração multiterritorial em unidades de conservação.** II EPHTUR – Encontro Paranaense de Pesquisadores de Hotelaria e Turismo, 2, 2007, Ponta Grossa. Anais. Ponta Grossa. Fórum Paranaense de Coordenadoria de Cursos Superiores em Turismo e Hotelaria (Disponível em cd-rom.)

VALLEJO, Luis Eduardo. **“Unidades de Conservação: uma discussão teórica a luz dos conceitos de território e de Políticas Públicas”** in Revista Geographia. Rio de Janeiro, UFF 2005.

ZANONI, M. *et al.* **Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em APAs.** In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/natureza.* Curitiba : UFPR, n.2, 2000.